



Taís Raiela Müller

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR COMO
INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO À INADIMPLÊNCIA: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO
CARDOSO - RS**

Horizontina, RS

2017

Faculdade Horizontina – FAHOR
Curso de Ciências Econômicas

Taís Raiela Müller

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO
DE PREVENÇÃO À INADIMPLÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO - RS**

Trabalho final de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADORA: Ivete Linn Ruppenthal, Especialista.

Horizontina, RS

2017

**FACULDADE HORIZONTINA – FAHOR
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

“Planejamento financeiro familiar como instrumento de prevenção à inadimplência: um estudo de caso no município de Doutor Maurício Cardoso-RS.”

Elaborada por:

Taís Raiela Müller

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas

Aprovado em: 05/12/2017

Pela Comissão Examinadora

**Especialista. Ivete Linn Ruppenthal
Presidente da Comissão Examinadora – Orientador**

**Mestre. Jonas Diogo da Silva
Faculdade Horizontina – FAHOR**

**Mestre. Stephan Sawitzki
Faculdade Horizontina – FAHOR**

Horizontina, RS

2017

AGRADECIMENTO

Agradeço à Deus pela vida, saúde, todas as bênçãos obtidas e por ter iluminado meus passos até aqui.

A minha família que é meu porto seguro. Aos meus irmãos que sempre me apoiam quando eu preciso e, em especial aos meus pais que sempre estiveram do meu lado e graças aos seus esforços essa vitória foi possível.

A todos os professores do curso de Ciências Econômicas da FAHOR, pela sabedoria compartilhada, em especial a professora orientadora Ivete Linn Ruppenthal, pelas orientações deste trabalho, disponibilidade, ensinamentos, paciência, e pelas palavras de incentivo.

A todos os amigos e munícipes de Doutor Maurício Cardoso-RS que se disponibilizaram a responder meu questionário, proporcionando a realização desse trabalho de pesquisa.

A todos esses e aos demais que fizeram parte desta conquista e torceram para que ela acontecesse: o meu Muito Obrigada!

“Por mais árduo que seja o trajeto, Deus dá o chão e o caminho à quem está disposto a caminhar” (Jonas Gabriel).

RESUMO

O planejamento financeiro familiar é de suma importância no cotidiano das famílias, pois permite um conhecimento maior sobre suas despesas e receitas, de forma a prevenir a inadimplência das mesmas e possibilitar a preparação para futuras necessidades e imprevistos. Além, de garantir o crescimento e desenvolvimento econômico do município, estado ou país, pois sem o controle orçamentário que é realizado no planejamento financeiro, as famílias estão mais propensas a tornarem-se inadimplentes, situação que quando ocorre em grande nível acarreta em prejuízos para o comércio do município, e conseqüentemente reflete em todo o sistema econômico. Nesse contexto, o trabalho apresenta como tema o estudo do planejamento financeiro familiar como sendo uma forma de prevenção à inadimplência realizando-se um estudo de caso no município de Doutor Maurício Cardoso-RS. Tendo como objetivo geral, demonstrar a importância do planejamento financeiro familiar como forma de prevenção à inadimplência. Para a concretização deste estudo, foi realizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica, em seguida a coleta de dados feita no município, através da aplicação de um questionário para 229 famílias residentes no meio urbano da cidade. Dessa forma, deu-se por fim a análise dos dados, chegando a conclusão que a maioria das famílias participantes da amostra está adimplente, devido a maioria das famílias realizarem um controle periódico de seus gastos e ganhos. Também, a maior parte das famílias demonstrou que faz uma reserva para a poupança, e que tem conhecimento dos juros que paga sobre os serviços de crédito que utiliza, entre outros hábitos financeiros. Esses resultados respondem ao problema de pesquisa levantado “de que forma a utilização do planejamento financeiro familiar pode ser eficiente na prevenção da inadimplência das famílias?”. Tratando-se das famílias que responderam ao questionário, afirma-se que em sua maioria é mantido um planejamento financeiro familiar, e que o mesmo é eficiente na prevenção da inadimplência.

Palavras-chave: Planejamento Financeiro Familiar. Inadimplência. Crédito.

ABSTRACT

Family financial planning is extremely important in the daily lives of families as it allows them to gain a better understanding of their expenses and income, in order to prevent delayed accounts and to prepare for future needs and unforeseen circumstances. In addition, to ensure the growth and economic development of the county, state or country, because without the budgetary control that is carried out in financial planning, families are more likely to become defaulters, a situation that, when occurs in a large level, entails losses to the trade of the municipality and consequently reflects across the economic system. In this context, the article presents as a theme the study of family financial planning as a way of preventing of defaults, conducting a case study in the municipality of Doutor Maurício Cardoso-RS. With the general objective of demonstrating the importance of financial planning as a way to prevent delayed account. For the concretization of this study, a bibliographical research was carried out first, secondly, a collection of data made in the city, through the application of a questionnaire to 229 families that live in the urban environment of the city. Thus, the analysis of the data was finally completed, with the conclusion that most of the families participating in the sample are compatible since most families have a periodic control of their expenses and earnings. In addition, most families have shown that they make a reserve for savings, and that they are aware of the interest they pay in the credit services they use, among other financial habits. These results respond to the research problem raised: "how the use of family financial planning be effective in prevention of delayed accounts of family?" In the case of the families that answered the questionnaire, it is stated that at the highest level family financial planning is maintained and that it is effective in preventing late accounts.

Keywords: Family Financial Planning. Delayed Account. Credit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

- Figura 1: Percentual das famílias brasileiras endividadas em outubro de 2016, setembro e outubro de 2017.....29
- Figura 2: Percentual de Famílias Brasileiras com Contas ou Dívidas em Atraso de outubro de 2016 a outubro de 2017 (% do total).....30
- Figura 3: Tipo de dívida (% de famílias), outubro de 2017.....31
- Figura 4: Parcela média da renda comprometida com o pagamento de dívidas, outubro de 2017.....32

Gráficos

- Gráfico 1: Número de componentes das famílias (% de famílias), em 2010.....33
- Gráfico 2: Percentual do Valor Adicionado Bruto de Doutor Maurício Cardoso em 2014.....34
- Gráfico 3: Condição de residência das famílias entrevistadas.....36
- Gráfico 4: Faixa etária dos indivíduos das famílias que contribuem com a renda mensal.....37
- Gráfico 5: Nível médio da renda das famílias entrevistadas.....38
- Gráfico 7: Componentes responsáveis pela renda mensal.....39
- Gráfico 6: Disponibilidade de renda por mês para arcar com os gastos do público entrevistado.....40
- Gráfico 7: Período máximo de manutenção do padrão de vida no caso de um desemprego41
- Gráfico 8: Forma de pagamento utilizada com maior frequência para a aquisição de bens de subsistência e bens duráveis.....42
- Gráfico 9: Valor em reais que os entrevistados acreditam pagar em juros sobre os serviços financeiros que utilizam.....43
- Gráfico 10: Percentual das famílias entrevistadas que possuem prestações/obrigações em atraso há mais de 90 dias.....44
- Gráfico 11: Modalidades de contratação de dívida das famílias entrevistadas.....45

Gráfico 12: Valor médio mensal comprometido com o pagamento de parcelas fixas.....	45
Gráfico 13: Motivo das dificuldades financeiras das famílias entrevistadas.....	46
Gráfico 14: Percentual das famílias entrevistadas que mantem o controle sobre os gastos e ganhos.....	47

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2.METODOLOGIA	14
3.REVISÃO DA LITERATURA	18
3.1.PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR	18
3.1.1.Orçamento Financeiro Familiar	19
3.1.1.1.Receitas e Despesas.....	21
3.2.SISTEMA FINANCEIRO E MONETÁRIO	23
3.2.1. Crédito.....	24
3.3.ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR	27
4.APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
4.1.CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO-RS33	
4.2.APRESENTAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO.....	37
4.2.1.Perfil das Famílias.....	37
4.2.2.Planejamento Financeiro Familiar e Prevenção à Inadimplência	40
4.3.ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXO A.....	62
APÊNDICE A	63

1. INTRODUÇÃO

O cenário econômico brasileiro, de compra facilitada, altas taxas de juros do crédito, descontrole das despesas, entre outros fatores, levaram mais da metade da população brasileira ao endividamento e muitas famílias estão em situação de inadimplência. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) de outubro de 2017, apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), determinou que no período de outubro de 2016 até outubro de 2017 houve um significativo aumento no número de famílias com contas atrasadas, elevando-se o percentual de 24,7% em outubro de 2016 para 26,0% de inadimplentes no mês de outubro deste ano.

Com a crescente disponibilidade do crédito em escala mundial, o crescimento econômico tem estimulado e facilitado o cotidiano das pessoas. No Brasil, os bancos comerciais expandiram os meios de pagamento ¹e ampliaram os prazos de liquidação de operações. “No entanto, essa abertura econômica provoca implicações como, o crescimento acelerado nos níveis de consumo e, conseqüentemente do endividamento das pessoas” (SILVA *apud* RESENDE E COSTA, 2015, p. 27).

Quando o consumidor faz uso de crédito para adquirir algum produto ou serviço financeiro, ele está endividando-se, de forma que o excesso de dívidas contraídas pode levá-lo à situação de inadimplente, caracterizado assim, quando não executado o pagamento de uma obrigação até a data de seu vencimento (IDEC, 2015). Isso ocorre devido à falta de análise de risco no momento da tomada de empréstimo, quando desconsideram-se fatores macroeconômicos como a taxa de juros, mas também por causa de fatores microeconômicos, que estão ligados as finanças da família.

Neste contexto, estes dados instigam o estudo para prevenção da inadimplência, que ocorre pela aquisição de dívidas sem planejamento, que poderão ser contraídas futuramente. Na busca desse objetivo, ocorre a necessidade do

¹ Quando um banco concede um empréstimo ele faz um lançamento na conta “depósitos à vista” no valor do empréstimo (passivo), e faz um lançamento do mesmo valor na conta “empréstimo” (ativo). Assim, os agentes econômicos aceitam liquidar dívidas recebendo em contrapartida a titularidade sobre um depósito à vista. Portanto, ao conceder crédito, os bancos criam os meios de pagamento ou moeda escritural (CARVALHO et al, 2007, p.11).

controle das finanças pessoais, através de um planejamento financeiro familiar adequado.

O planejamento, juntamente com o orçamento familiar apresenta vários instrumentos necessários para o controle das finanças. Este controle é feito por meio de um gerenciamento das receitas e despesas dos integrantes de uma família, da aplicação de metas e fixação de objetivos viáveis. De forma que, se bem administrado, pode assegurar ao indivíduo a prevenção à possíveis emergências, além de proporcionar maior segurança financeira e melhorar a qualidade de vida (FGV, 2017). Em complemento a este, o tema desse trabalho visa o estudo do planejamento financeiro familiar como instrumento de prevenção à inadimplência, sendo realizado um estudo no município de Doutor Maurício Cardoso-RS, no ano de 2017.

Conforme os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) de outubro de 2017, observa-se um elevado índice de endividamento e inadimplência da população brasileira. Acredita-se que seja devido à grande disponibilidade aos consumidores para a antecipação de compras e realização de desejos, a alavanca para geração de riqueza do país (MATTAR et al, *apud* RESENDE E COSTA, 2015).

Diante disso, observa-se que, o consumismo tende a impulsionar o crescimento econômico, mas se os tomadores de empréstimos não exercem o devido controle de seus pagamentos, isso acaba por refletir diretamente e desfavoravelmente na estrutura econômica do país. Diante deste cenário, questiona-se: de que forma a utilização do planejamento financeiro familiar pode ser eficiente na prevenção da inadimplência das famílias de Doutor Maurício Cardoso-RS?

Avaliando os dados pesquisados sobre o nível de endividamento, verificou-se que este é preocupante e merece atenção. “Cerca de 90% dos lares não têm controle de orçamento e 3 em cada 10 reais que ganham vão direto para o pagamento de dívidas de consumo” (EXAME *apud* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2011, não p.). Aliás, quanto maior o montante de dívidas contraídas, maior é o risco de uma futura inadimplência, devido ao comprometimento de grandes parcelas da renda com as prestações mensais, que acarretam na maioria das vezes no não cumprimento das responsabilidades financeiras (FERREIRA, *apud* RESENDE E COSTA, 2015).

Portanto, justifica-se o desenvolvimento deste estudo pela necessidade de demonstrar a importância do planejamento financeiro familiar, como forma de prevenção à inadimplência, através de um estudo na cidade de Doutor Maurício Cardoso – RS. A escolha desse município além de ser conveniente por parte da autora, também justifica-se pelo fato de não haver outras pesquisas sobre o tema no município, a fim de que a análise dos dados coletados possa servir de incentivo para que a população dê maior atenção ao assunto. Visando evitar os possíveis prejuízos causados pelas inadimplências dos consumidores, que podem afetar negativamente o comércio local e generalizando nacionalmente caso aplicado à mais cidades. Além dos danos promovidos na economia também desestabiliza-se o bem estar social da população.

O presente trabalho é uma ferramenta de estímulo para o uso do planejamento pessoal no cotidiano dos munícipes consumidores, que ao administrarem eficientemente o dinheiro, estarão prevenindo-se de se tornarem inadimplentes. Em consequência, se o orçamento for bem administrado, poderá promover melhor qualidade de vida, por meio de investimentos rentáveis, aquisição de bens ou realização de sonhos, independentemente da renda obtida pelo trabalhador.

Quanto à Microeconomia, o uso do planejamento financeiro familiar visa também evitar que o comércio local do município em estudo, o qual possui apenas 138 empresas atuantes segundo o IBGE (2015), venha a ser afetado com o encerramento de atividades, acarretando significativamente em prejuízos à economia do município. Pois, caso o consumidor (Pessoa Física/famílias) não honre no pagamento de suas contas, as empresas ficam comprometidas no pagamento de seus custos operacionais, afetando desta forma os seus fornecedores. Sem capital de giro as empresas recorrem à empréstimos bancários. Por sua vez, expostos a maiores riscos na concessão de empréstimos, as instituições financeiras tentam limitar o crédito (elevando os juros). Em resultado, com a dificuldade em pagar suas contas, surgem as demissões de funcionários, podendo também levar empresas à falência, e segue-se um ciclo vicioso em busca de crédito.

Em resultado, esse ciclo vicioso reflete no cenário Macroeconômico, que segundo Linardi *apud* (LOPES, 2012, p. 02) “a taxa de inadimplência é apontada como um termômetro da economia, pois as instituições financeiras a utilizam para verificar a solidez do sistema financeiro e antever o risco de crédito”, pois altas taxas

de inadimplência simbolizam o grau elevado de risco à que as transações financeiras estão propensas, e esse fato acaba inibindo os investidores.

Sendo assim, busca-se através desta pesquisa incentivar a área acadêmica no estudo desse tema e similares ao mesmo, a fim de analisar a importância das finanças pessoais para o crescimento e desenvolvimento econômico do país. Além de fornecer informações que possam aprimorar o conhecimento dos leitores dessa pesquisa.

Este estudo, tem por objetivo geral analisar a importância do planejamento financeiro familiar como forma de prevenção à inadimplência. E para que o objetivo geral seja atingido, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar a pesquisa bibliográfica, com a descrição de conceitos e aplicações relativos ao tema em estudo;
- b) Realizar a pesquisa de campo, através de uma coleta de dados das famílias residentes no território urbano de Doutor Maurício Cardoso-RS;
- c) Relacionar e interpretar os índices obtidos por meio da aplicação do questionário.

Além dessa introdução, este estudo apresenta o capítulo 2, onde estão apresentados os métodos e técnicas de pesquisa usados para atingir os objetivos propostos. Sendo detalhado neste, o tipo de pesquisa, o método de coleta dos dados e a interpretação dos resultados.

Posteriormente, no capítulo 3, foi abordada a revisão de literatura, onde foram tratadas definições e informações relacionadas ao tema, como, planejamento financeiro familiar, endividamento, inadimplência, crédito, entre outros.

No capítulo 4, encontra-se a caracterização do município de Doutor Maurício Cardoso-RS, onde são destacados dados relevantes sobre a população e a economia da cidade. Também, neste capítulo, tem-se a apresentação dos índices obtidos com o questionário que deu ênfase em perguntas sobre hábitos financeiros, sobre a utilização do planejamento financeiro familiar e situação econômica atual de cada família. Ainda no mesmo capítulo, encontra-se a análise dos resultados obtidos com a realização da pesquisa.

Por fim, apresenta-se as considerações finais do trabalho, onde consta a conclusão de todo o estudo, avaliando os resultados alcançados, além de sugestões para trabalhos futuros, seguido ainda das referências utilizadas e de um anexo com um modelo de plano orçamentário e o apêndice.

2. METODOLOGIA

A metodologia visa explicar os procedimentos técnicos usados no desenvolvimento da pesquisa. “Examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14). Por meio desses, pretendeu-se alcançar os resultados esperados pela presente pesquisa.

Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se por dedutiva e estudo de caso. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, pois segundo Rampazzo (2005, p. 38) “a dedução é a argumentação que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais”. Sendo assim, o nível inadimplência do Brasil atualmente, e as teorias já existentes sobre finanças provocaram a dedução de que a utilização do planejamento financeiro familiar seja uma importante forma de prevenção à inadimplência. Originada dessa dedução, a pesquisa parte para uma análise de dados particulares no município de Doutor Maurício Cardoso, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A escolha desse município além de ser conveniente por parte da autora, também justifica-se pelo fato de não haver outras pesquisas sobre o tema, a fim de que a análise dos dados coletados possa servir de incentivo para que a população dê maior atenção ao assunto.

Dessa forma, sendo feito o estudo em um município em específico, se faz uso do método de investigação que é o estudo de caso, o qual é definido como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 27).

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como exploratória, pois proporciona maior conhecimento sobre o problema, tornando-o mais claro com visão na construção de possíveis hipóteses (GIL, 2002). Neste caso, a pesquisa é exploratória por ter como objetivo geral, demonstrar a importância do planejamento financeiro familiar como forma de prevenção ao não pagamento das dívidas, sendo feita a análise, através de dados e informações levantadas.

As pesquisas também são classificadas quanto aos meios. Portanto, quanto aos meios, esta pesquisa se classifica como bibliográfica e pesquisa de campo, através da aplicação de um questionário. Neste sentido, para atingir o primeiro

objetivo específico que trata-se da descrição de conceitos e aplicações relativos ao tema em estudo, foi necessária a utilização de pesquisa bibliográfica, que é feita através de consultas em fontes secundárias, nesse caso, em livros, artigos científicos, teses e dissertações e em fontes primárias, ou seja, sites de pesquisa, como o da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), site que apresenta mensalmente a Peic (Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor); IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no qual obtém-se dados da população do município, o Serasa Experian, que apresenta a pesquisa da taxa de inadimplência por faixa de idade, entre outros (GIL, 2002).

Já o segundo objetivo, que teve por fim a realização de uma coleta de dados das famílias residentes no território urbano de Doutor Maurício Cardoso-RS, foi buscado através de uma pesquisa de campo. Para (Marconi e Lakatos, 2002, p. 83) “a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta” [...]. Dessa forma, a coleta dos dados necessários, se deu através da aplicação de um questionário não dirigido, ou seja, sem a presença do entrevistador. Para Gil (2002) o questionário consiste em tornar mais explícitos os objetivos específicos da pesquisa através de perguntas bem elaboradas.

O questionário que consta no apêndice A, é composto por 21 questões, dispersas em perguntas fechadas, tendo o informante como opções: sim ou não. Além de perguntas de múltipla escolha, que também são perguntas fechadas, porém, tem várias respostas possíveis sobre o assunto, e as perguntas abertas, onde o informante é livre para responder. O questionário, entre as técnicas de pesquisa, é classificado como documentação direta, constituindo-se de um levantamento de dados no local onde ocorre o fenômeno (MARCONI E LAKATOS, 2002).

Ainda visando o cumprimento do segundo objetivo específico, determinou-se a técnica de amostragem probabilística submetida à tratamento estatístico, podendo considerar erros amostrais e significância da amostra (MARCONI E LAKATOS, 2002). Para fins de cálculo, a população foi estratificada, ou seja, dividida em subgrupos. Nesse caso, a população de Doutor Maurício Cardoso foi estratificada pela quantidade de famílias residentes em domicílios particulares e número de componentes das famílias do meio urbano, que conforme a Pesquisa do IBGE

(2010), são 836 famílias. Optou-se em realizar a aplicação do questionário somente no território urbano, pela dificuldade de acesso até as famílias do meio rural. Portanto, foi aplicada a fórmula da amostra aleatória simples, que tem como propriedade que “qualquer subconjunto da população, com o mesmo número de elementos, tem a mesma probabilidade de fazer parte da amostra” (BARBETTA, 2008, p. 45).

Com base nisso, o público alvo da pesquisa foi de 836 famílias – quantidade de famílias residentes no meio urbano em Doutor Maurício Cardoso-RS, considerando famílias quando duas pessoas ou mais residem no mesmo endereço. Em busca de 90% de probabilidade, considerou-se um erro amostral que não ultrapasse 5%, resultando no tamanho mínimo da amostra, que foi de 204,61 famílias propensas à responder a pesquisa (OLIVEIRA, s.d.).

De acordo com Oliveira (s.d) para a obtenção do tamanho mínimo da amostra considera-se a seguinte fórmula:

Sejam: n: a amostra calculada;

N: população;

Z: variável normal padronizada associada ao nível de confiança;

p: proporção esperada;

e: erro amostral tolerável;

Equação	Resolução
$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$	$n = \frac{836 \cdot (1,645^2) \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{(1,645^2) \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5) + (0,05^2) \cdot (836 - 1)} = 204,61$

Onde “N” corresponde ao tamanho da população, que nesse caso corresponde a quantidade de famílias residentes em domicílios particulares e número de componentes das famílias do meio urbano em Doutor Maurício Cardoso, totalizando 836 famílias (IBGE, 2010). O “Z” é o desvio do valor médio que aceita-se para alcançar o nível de confiança de 90%, assim sendo o valor de 1,645. O “p” é a proporção usada para parâmetro quando não sabe-se o resultado. O “e” corresponde ao erro amostral tolerável, que nesse caso, utilizou-se 5% de erro amostral tolerável. Por meio desse, chegou-se a um n de 204,61 que, por se tratar

de pessoas, arredondou-se para cima, constituindo-se, então, 205 famílias entrevistadas.

Os questionários foram entregues de forma impressa em alguns domicílios da cidade, também distribuídos nas escolas do município, no comércio e Prefeitura Municipal. Além da forma física, também foi criado um formulário Online através do *Google Drive*, sendo estes enviados via *email* e via *Facebook*. Por meio desses, conseguiu-se um total de 229 questionários respondidos, de forma que o valor mínimo da amostra de 205 foi atendido e para um resultado mais significativo considerou-se o total de 229 questionários para a análise da pesquisa.

Os dados coletados na pesquisa foram quantitativos e tabulados através do *Software Excel*, onde foram gerados gráficos com os resultados e posteriormente a análise dos mesmos se deu de forma qualitativa, por meio da análise de conteúdo, que segundo Vergara (2005, p. 15) “é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Dessa forma, cumpriu-se o terceiro objetivo específico.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Para responder a problemática levantada, torna-se necessário inteirar-se melhor com alguns assuntos ligados ao tema. Diante disso, está apresentado neste capítulo a pesquisa bibliográfica, expondo definições e contextos. Bem como, planejamento financeiro familiar e seus componentes, ademais sua execução e aplicação nas finanças, também são apresentados e interpretados dados e informações sobre endividamento e a inadimplência atual, além de um breve histórico sobre o sistema monetário e financeiro da economia brasileira.

3.1. PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

A definição de planejamento financeiro deriva da administração de empresas, que em sua estrutura básica possui quatro processos administrativos fundamentais, sendo o primeiro deles o “planejamento” que é definido como o “processo administrativo que determina antecipadamente o que um grupo de pessoas deve fazer e quais as metas que devem ser atingidas” (SILVA, 1982, p. 21).

Neste sentido, o administrador tem como função organizar, direcionar e controlar as atividades de uma empresa, visando um objetivo final, que tratando-se de pessoa jurídica será o lucro (OLIVEIRA, 2005). Com base neste, para um controle financeiro das famílias é possível seguir o mesmo princípio de planejamento das empresas devido á ambas buscarem o aumento de patrimônio (MASAKASU *apud* RESENDE E COSTA, 2015).

O planejamento financeiro familiar nada mais é do que a preparação de um plano orçamentário para a família, ou seja, definir o dinheiro disponível e direcioná-lo (BORGES *apud* RESENDE e COSTA, 2015). Constitui-se por passos organizados a serem projetados e após aplicados no orçamento mensal ou anual. Sendo de fundamental importância para tomar uma decisão no presente, de forma que garanta o melhor aproveitamento da renda e apresente resultados eficientes no futuro (FGV, 2017). Além do mais, seu principal objetivo é:

“Auxiliar a criar uma estratégia precisa para acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou de uma família ajudando-as a arquitetar um Projeto de Vida para a conquista de etapas importantes da vida como acumular recursos para a faculdade dos filhos, para a compra de imóveis, para a tão sonhada aposentadoria, para iniciar um negócio

próprio ou proteger sua família contra eventualidades” (NAKATA *apud* LOPES, 2012, p. 10).

Porém, nem todas as famílias brasileiras preocupam-se com o futuro, pois uma pesquisa conduzida pelo SPC Brasil e Meu Bolso Feliz (2016), demonstrou que em caso de dificuldade financeira, 29,7% da amostra conseguiria manter o padrão de vida somente por um período de um a três meses, enquanto 17,0% não conseguiria nem por um mês, 46,3% recorreriam à Poupança ou outra aplicação, enquanto 18,1% fariam empréstimo e 8,7% ficariam endividados por não ter recursos.

Para a preparação do planejamento, é necessário, primeiramente, decidir qual é o objetivo geral, sendo definido por Oliveira (2005, p. 159) como um “alvo ou ponto que se pretende atingir”, porém, este objetivo deve ser “possível” de ser atingido e também flexível, considerando possíveis imprevistos. Doravante, para a sua busca precisam ser estabelecidas metas, que segundo Oliveira (2005) são pontos intermediários a serem atingidos no caminho até o objetivo final, de preferência que sejam “metas quantificadas²”. Além disso, é fundamental a participação de todos os indivíduos da família, para definirem objetivos em comum, e que sejam vantajosos para todos (BACEN, 2017).

3.1.1. Orçamento Financeiro Familiar

A realização do controle de finanças é consolidada nos ramos empresariais, sendo feita através do uso de instrumentos de planejamento definidos pela contabilidade, como, por exemplo, o Balanço Patrimonial, Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultado, entre outros. Entretanto, esses instrumentos podem ser utilizados de forma semelhante para o controle dos patrimônios individuais (LUDÍCIBUS et al, 2010).

Fazer um orçamento doméstico “é o ato de estimar a renda familiar, definir metas de resultado e fixar despesas” (MARTINS, 2004, p. 65). Ambos os

² Metas quantificadas: definir valores e prazos para sua conquista: curto prazo (1 a 2 anos), médio prazo (2 a 5 anos) e longo prazo (acima de 5 anos). Como, por exemplo, poupar R\$ 5.000,00 em um ano.

orçamentos, seja empresarial, seja familiar, exercem a mesma finalidade que é maximizar os lucros e reduzir os custos, ou então, eliminar ou reduzir despesas e fazer o melhor aproveitamento das receitas.

O orçamento de uma empresa é um plano financeiro caracterizado por estratégias que devem ser implementadas em determinado período. O plano contém a direção que a entidade deve priorizar, além de proporcionar condições de avaliação do desempenho da atividade, como, produção, matéria-prima, colaboradores, gestores, vendas, lucro, prejuízo, etc (FREZATTI *apud* FUMAGALHI, 2009).

Dentre os instrumentos de planejamento financeiro de uma empresa, os que mais se assemelham à um orçamento familiar destacam-se: o Balanço Patrimonial que representa quantitativamente o patrimônio de uma entidade, constituindo um conjunto de bens, direitos e obrigações, também denominados de ativo, passivo e patrimônio líquido (LUDÍCIBUS et al, 2010).

Tratando-se de um orçamento familiar, os ativos são os bens e direitos do indivíduo e o passivo as suas dívidas e obrigações, a diferença entre os dois é o patrimônio líquido. Da mesma forma, como ocorre em uma empresa (MARTINS, 2004).

Já, o fluxo de caixa tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo à frente, podendo ser diário, mensal ou trimestral, com a finalidade de analisar a capacidade financeira da empresa em liquidar seus compromissos em um dado período de tempo (SANTOS, 2010). Entretanto, para um controle pessoal o fluxo é o movimento de entrada e saída em determinado período e através deste, no caso de um empregado, o salário líquido menos as despesas demonstra o resultado de déficit (gasta mais do que ganha) ou superávit (ganha mais do que gasta) (MARTINS, 2004).

Conjuntamente tem-se a Demonstração de Resultado de uma empresa, que consiste em um relatório sucinto das operações realizadas pela empresa, sendo determinado o resultado líquido do período, ou seja, o lucro ou prejuízo (LUDÍCIBUS et al, 2010).

Já no orçamento familiar, sua preparação se dá após a tomada de decisões do destino da renda, sendo feita uma organização e efetivo controle mensal ou anual da renda dos integrantes da família e seus gastos (FGV, 2017). Assim caracteriza-se o orçamento doméstico como:

“O planejamento do uso do dinheiro durante determinado período, a fim de se evitar gastos desnecessários e/ou o endividamento. Cuidar do orçamento familiar pode ser o primeiro passo para se conseguir poupar e obter alguma coisa desejada. É um meio de cortar os gastos supérfluos ou verificar se os gastos estão ocorrendo de forma normal” (TEIXEIRA *apud* LOPES, 2012, p. 08).

O Serviço de Proteção ao Crédito e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2017) realizaram uma pesquisa sobre educação financeira, que determinou que apenas 51% dos entrevistados afirmam fazer um controle sistemático do orçamento. Em contrapartida, 48% não controla suas receitas e despesas, já que 27% afirmam fazer de cabeça, 19% não têm nenhum registro ou controle e 2% dizem que outra pessoa faz por eles. Já as tentativas de explicação são a falta de hábito de 45% dos entrevistados, seguida por 19% que afirmam não terem uma renda mensal fixa.

O orçamento familiar é composto de uma estrutura com várias etapas a serem seguidas dentro de um período, visando um resultado final que incorra em despesas menores que as receitas e evitem a inadimplência do consumidor. Ainda se bem administrado, o saldo final pode proporcionar uma sobra para reservar para a poupança.

3.1.1.1. Receitas e Despesas

As receitas correspondem “à venda de mercadorias, de produtos ou prestação de serviços” (LUDÍCIBUS et al, 2010, p. 65) no caso de uma empresa, e as despesas são “o consumo de bens ou serviços” (LUDÍCIBUS et al, 2010, p. 66). Já para as pessoas físicas, a receita geralmente é proveniente do recebimento de salários, venda de algum bem, etc. E as despesas são todos os pagamentos efetuados pelo consumidor.

Segundo o Banco Central do Brasil (2017, não p.), o orçamento familiar é definido como:

“O conjunto de todas as receitas e despesas da família: salários, horas extras, prêmios e outros ganhos de todos os membros formarão a receita da família; já aluguel, contas de telefone, combustível e outros gastos de todos formarão as despesas da família. Ambos juntos, receitas e despesas da família, formarão o orçamento familiar”.

Martins (2004) sugere elaborar um orçamento anual que considere as receitas com inclusão do décimo terceiro salário, férias, etc. Da mesma forma, a inserção das despesas com pagamento de IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), gastos escolares, matrícula, uniformes, etc, pois são valores que não aparecem todos os meses, porém, mostram a diferença nos resultados.

Neste sentido, quanto à forma de organização não há regra, podendo ser feito em lista no papel ou utilizando uma planilha em um *software*. O mais importante é classificar sem exceção todos os rendimentos e gastos dos moradores da mesma residência (FGV, 2017).

Por vezes, o orçamento não é bem administrado e então incorre em déficit, após provavelmente sendo abandonado. Algo que pode auxiliar em um eficiente controle, é a separação das despesas por grupo. Considerando que existem as despesas fixas³ e as variáveis⁴, quando necessário cortes ou redução de gastos, se houver uma clara separação de ambas, fica mais fácil tomar as melhores decisões. Também, devem ser definidas as contas que cada integrante deverá pagar, em consenso com o valor líquido que cada um recebe, além de ser fundamental pagar as contas em dia, para evitar cobrança de juros ou multas (FGV, 2017).

Os princípios da educação financeira regem um controle entre a necessidade versus o desejo, sendo que é preciso ter disciplina e deixar de lado gastos desnecessários que podem otimizar os ganhos no futuro. Não significa que um desejo não possa ser realizado, pelo contrário, estando dentro do orçamento é possível fazê-lo, porém, deve-se consultar o planejamento de metas e objetivos verificando quais são as prioridades (FGV, 2017).

Levando em consideração que a escola não ensina o comportamento que as crianças ou jovens devem ter em relação ao dinheiro, é imprescindível que os pais desempenhem o papel de educar financeiramente os filhos, para que estes aprendam a gerir seus próprios recursos (MARTINS, 2004).

³ Despesas fixas: são aquelas inevitáveis e cujo valor é fixo. Por exemplo, aluguel, condomínio, mensalidade escolar, etc.

⁴ Despesas variáveis: são aquelas que podem ser reduzidas. Por exemplo: alimentação, energia, vestuário, etc.

Quando o orçamento é adequadamente organizado, é possível ver quanto sobra ou falta no final do mês, para poder investir ou economizar, conforme a necessidade. Todavia, é necessário poupar e aplicar, para poder consumir com segurança, ou seja, sendo possível gastar com algum desejo repentino sem ultrapassar a “reta orçamentária⁵”, para evitar a preocupação tardia com o pagamento das contas. Também, para que se esteja preparado para imprevistos, no caso de uma emergência de saúde, gravidez inesperada, perda de emprego, entre outros (FGV, 2017).

Ainda o mesmo autor, diz ser necessário planejar a estabilidade financeira na aposentadoria, que no caso da previdência social oferece uma renda mensal incompatível com os gastos habituais, e não considera que o aposentado acaba tendo gastos mais elevados, pois geralmente tem que arcar com custos para cuidado da saúde. Tornando solução neste caso, a previdência complementar privada ou aplicações financeiras.

3.2. SISTEMA FINANCEIRO E MONETÁRIO

Dentro do Sistema Financeiro Nacional existe a divisão de dois grandes segmentos, as instituições bancárias e instituições financeiras não-bancárias. Entre o conjunto das primeiras, tem-se como principal tipo os bancos comerciais, que em sua estrutura captam depósitos à vista e também a prazo, permitindo-lhes fazer mais captações de longo prazo. De forma que correm mais riscos de crédito e de liquidez (CARVALHO et al, 2007).

Outro tipo de instituição bancária, são os bancos de investimento, constituindo-se como principal fonte de captação de recursos, os depósitos a prazo, emissão de títulos de curto prazo e oferta de crédito por parte dos bancos comerciais. Além dos bancos de investimento ainda fazem parte do mesmo conjunto os bancos de poupança e as cooperativas de crédito (CARVALHO et al, 2007).

De outro lado, estão agrupadas as instituições financeiras não-bancárias, o caso das companhias de crédito, financiamento e investimento e as corretoras e distribuidoras de valores, além das que não são classificadas como financeiras

⁵ Restrição Orçamentária: escolha da melhor cesta de produtos, conforme a renda.

atuando neste caso as seguradoras, fundos de pensão e de investimento, arrendamento mercantil, etc (BACEN, 2017).

Entretanto no Brasil, em sua maioria operam os bancos múltiplos. Esses bancos foram criados pelo Conselho Monetário Nacional, através da Resolução Nº 1524, de 21/09/1988, através dessa resolução tornou-se possível a estruturação de um único banco composto por duas ou mais carteiras, sendo obrigatório que uma delas seja comercial ou de investimento. Também, podendo ser incluídas as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de crédito imobiliário e arrendamento mercantil (BARBOSA, s.d.).

Já o Sistema Monetário é composto pelas instituições que podem criar moeda, a partir de depósitos à vista, se tratando nesse caso, somente dos bancos comerciais e o Banco Central. Tendo o primeiro a autorização para criação de moeda escritural e o seguinte para a criação de moeda manual (CARVALHO et al, 2007).

A criação de moeda escritural se dá via captação de depósitos à vista. Quando o cliente faz um depósito à vista, o banco tem o direito de multiplicar esse valor e criar crédito para emprestar para outros clientes. No entanto, as instituições devem manter uma reserva compulsória, na qual o banco deve depositar junto ao Bacen uma parcela dos depósitos, para poder garantir suas obrigações caso todos os correntistas decidam sacar seus montantes ao mesmo tempo (ROSA, 2014).

3.2.1. Crédito

Conforme os estudos da pesquisa bibliográfica, viu-se que o crédito tornou-se a principal causa do endividamento, tanto das pessoas jurídicas, como físicas. Sendo assim para um melhor entendimento, o crédito é utilizado de diferentes maneiras por bancos, financeiras e outras instituições para emprestarem dinheiro a seus clientes (BACEN, 2017). A demanda por crédito já existia desde o funcionamento das atividades mercantis, porém, os financiamentos necessários advinham das mãos de comerciantes e prestamistas individuais (PINTO, 2012).

Entretanto, a atividade bancária oficial teve sua origem em 1808, ano da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. Neste ano, D. João VI baixou um Ato Real que deu origem ao primeiro Banco do Brasil, com o intuito de financiar a Corte (CORRÊA NETO, 2004), através da emissão de papel moeda, desconto de letras de câmbio, o

depósito de metais e pedras preciosas, a emissão de letras ou bilhetes pagáveis à vista ao portador e o monopólio na venda de diamantes, pau-brasil, marfim e urzela e de ser o depositário dos bens dos órfãos, das irmandades e das ordens terceiras (PINTO, 2012). Porém, o banco veio a ser liquidado em 1829, de forma que o emissor de moeda passou a ser o Tesouro Nacional. A partir dessa, foram surgindo outras instituições bancárias oficiais. Em 1853 se deu a fusão do Banco Comercial com o Banco do Brasil, em 1861 a criação da Caixa Econômica e do Monte de Socorro, entre outras (CORRÊA NETO, 2004).

Para o controle do sistema monetário foi criado em 1964 o Banco Central do Brasil (BACEN), que exerce até hoje funções típicas como o emissor de papel-moeda e controlador da liquidez da economia, banqueiro dos bancos, regulador do sistema financeiro, e depositário de reservas internacionais do país. Funções que antes cabiam à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), juntamente com o Banco do Brasil e o Governo Central (CARVALHO et al, 2007).

De modo geral, a atividade bancária que teve seu início no Rio de Janeiro aos poucos foi expandindo-se por todo o país, assim como também suas operações, que eram basicamente operações de depósitos, redesconto, emissão de notas do Tesouro e hipotecas (PINTO, 2012). Dessa forma, o ganho inflacionário do setor bancário era obtido principalmente nos depósitos à vista, assim, a estrutura operacional dessas instituições estava montada para maximizar a captação de depósitos (PINTO, 2012).

Conforme escrito pelo Banco Central do Brasil (2017) durante o longo e intenso período inflacionário, a atividade financeira sustentava-se dos recursos em trânsito (floating) e do financiamento ao desequilíbrio das contas públicas, concentrando-se em operações de curto prazo. Entretanto, após a implementação do Plano Real⁶ em 1994, e consequente queda da inflação, induziu-se há uma nova perspectiva para as instituições, conforme explica Soares (2001, p. 05):

“As instituições perderiam as receitas de ‘floating’, ou em outras palavras, deixariam de ganhar com a inflação. Como o ganho inflacionário do setor financeiro era obtido principalmente nos depósitos à vista, a estrutura operacional dessas instituições

⁶ Plano Real: Plano econômico com o objetivo de conter a inflação, através da extinção do Cruzeiro Real e transformação da Unidade Real de Valor no Real (TEIXEIRA, 2013).

estava montada para maximizar a captação de depósitos. Os bancos, ao perderem a vantagem financeira proporcionada pelos depósitos, teriam de reduzir a estrutura de captação e adaptar a estratégia operacional para recompor a perda de lucratividade. Vários autores consideravam que, após a mudança no cenário econômico, a lucratividade dos bancos deixaria de depender da captação de depósitos e passaria a depender do crescimento das operações de crédito”.

Devido à necessidade dos bancos de recuperação das receitas, foi impulsionada a oferta de crédito por parte das instituições bancárias. E com a estabilização de preços no mercado, houve um significativo aumento do poder de compra dos consumidores, levando estes a ampliarem a demanda por bens duráveis, assim ocasionando um crescimento na demanda por crédito (TEIXEIRA, 2013).

São várias as linhas de crédito que estão disponíveis atualmente no mercado. Os produtos são ofertados com análise de pré aprovação para cada cliente, levando em conta principalmente a renda disponível e não inadimplência. Dentre os principais destacam-se o cartão de crédito, o cheque especial, os financiamentos imobiliários e de veículos e o empréstimos pessoais, contando com taxas pré-fixadas.

Por meio do cartão de crédito é possível financiar a compra de produtos e serviços e realizar o pagamento em data futura, determinada pelo cliente. O cartão de crédito consiste em um limite de crédito pré aprovado nas instituições bancárias, sendo oferecido ao cliente um limite que seja compatível com sua renda. Porém, para esse adiantamento de dinheiro, as instituições bancárias costumam cobrar juros elevados quando não efetuado o pagamento da fatura em dia, podendo chegar em 20% de juro ao mês segundo o BACEN (2017). Além, de existir a cobrança de taxa de utilização do produto financeiro (OLIVEIRA, 2010).

Outro meio de utilização de crédito é o cheque especial ou limite. Através deste, o cliente pode sacar a qualquer momento um valor que o banco deixa disponível para os correntistas, cada qual com um limite pré aprovado, conforme comprovação de renda no momento da abertura da conta. Caso, ocorra a utilização deste valor, são cobrados juros sobre o valor emprestado, até o momento do pagamento (BRUTES e SEIBERT, 2013). Conforme o BACEN (2017), as taxas podem chegar a 16% ao mês, dependendo da instituição financeira.

Segundo Oliveira (2010), também são oferecidos financiamentos, e dentre os mais procurados estão os financiamentos imobiliários que permitem a aquisição de imóveis podendo ser comerciais ou residenciais, sendo o próprio imóvel a garantia dessa operação. As taxas giram em torno de 1% ao mês (BACEN, 2017). Ademais são ofertados financiamentos de veículos, ocorrendo nesse caso, a alienação fiduciária (OLIVEIRA, 2010). Conforme dados do BACEN (2017) as taxas praticadas variam de 1% a 5%, conforme a instituição financiadora.

Empréstimos e crédito pessoal também, são muito procurados, atualmente utiliza-se bastante o crédito consignado pelo qual “é feito um convênio entre a instituição financeira e empregador para desconto em folha de pagamento. A taxa de juros é mais baixa devido ao menor risco de crédito”, pois os principais fatores de risco são a morte do emprestador, demissão do mesmo ou falência do empregador. (SILVA *apud* OLIVERA, 2010).

Além desses, outra forma de adquirir bens ou contratar serviços á prazo, é através do carnê, crediário, ficha ou boleto. A CNC (2017) destaca o carnê como o segundo maior índice de endividamento das famílias brasileiras. O carnê é “um bloco com os boletos para pagamento das prestações de uma compra parcelada. Cada folha do bloco corresponde a uma prestação” (BACEN, 2017).

A partir disso, apresenta-se na próxima seção as informações atuais sobre o endividamento e a inadimplência dos consumidores e das famílias brasileiras pela tomada de crédito. Dessa forma, sendo possível fazer uma interpretação da evolução desses indicadores ao longo do tempo.

3.3. ENVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR

Segundo o SPC Brasil (2016, p. 02) “uma pessoa endividada é aquela que possui parcelas a vencer de compras e/ou empréstimos”. Afirma ainda, a economista Marcela Kawaut que além das contas vencidas, as compras parceladas são consideradas dívidas e devem ser incluídas no orçamento para que não ocorra exagero no consumo de longo prazo, o que leva ao descontrole das finanças pessoais e conseqüente inadimplência. O não pagamento das dívidas até a data de vencimento é considerado como inadimplência (BACEN, 2017).

Também, ocorre o superendividamento, quando “uma pessoa de boa-fé se vê impossibilitada de pagar suas dívidas atuais ou futuras com sua atual renda e seu

patrimônio” (DEPEF *apud* BACEN, 2015). A situação de superendividamento, leva os indivíduos a passarem por dificuldades financeiras de consumo básico, como moradia, alimentação, entre outros.

Em 2014 o Serasa Experian fez um estudo que traçou o Mapa da Inadimplência Brasileira definindo os níveis de inadimplência por regiões e cidades. O critério de avaliação das dívidas atrasadas foi de 90 dias e com valores acima de R\$ 200,00, de forma que o resultado totalizou 35 milhões de pessoas inadimplentes, o equivalente a 24,5% da população brasileira. Quanto as regiões, a que concentra maior índice de inadimplentes é a região Norte, sendo este de 31,1% da população, seguida pelo Centro-Oeste (26,4%), Sudeste (24,5%) e Nordeste (23,6%), esse baixo índice, segundo economistas do Serasa Experian se deve à grande parte dessa população ainda não possuir acesso ao crédito. Já a região Sul é a que menos apresenta inadimplência, sendo 22,4% de pessoas que se encontram nessa situação (SERASA EXPERIAN, 2014).

O Serasa Experian (2014) também avaliou a taxa de inadimplência por faixa de idade, resultando a faixa de 26-30 anos como a mais representativa, onde a taxa de inadimplentes atinge os 29,9%. Em seguida, a faixa de 31-35 anos apresentando o índice de 29,3% de inadimplentes. Segundo o estudo, a inadimplência diminui conforme o avanço da idade, sendo que acima dos 70 anos a taxa é de 10,3%.

Os dados levantados pelo Serviço de Proteção ao Crédito e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2017) em uma pesquisa de levantamento das principais causas da inadimplência, determinou que o desemprego é culpado por 26% dos entrevistados; 14% alegam ter a renda reduzida; 11% afirmam que não controlam o orçamento; 5% estão inadimplentes por emprestarem o nome a terceiros, entre outros.

Alguns estudos apontam as principais causas da inadimplência sendo derivadas da divisão de fatores microeconômicos “que estão ligados ao comportamento individual de cada instituição e seus tomadores de crédito” (CHU *apud* RUBERTO et al, 2012, p. 60), ou seja, a concessão de crédito e o não pagamento dos contratos. Os outros fatores são os macroeconômicos, que são aqueles “que afetam a economia de modo geral e estão fora do controle das famílias”, como por exemplo, “taxa de juros, hiato do produto, rendimento médio do pessoal ocupado e inflação” (LINARDI *apud* RUBERTO et al, 2012, p. 60).

Segundo Steter e Barros; Silva et al. (*apud* Ruberto, 2012) o desemprego é outro fator que pode provocar a inadimplência. Além, “do volume de vendas do comércio e o índice geral de preços ao consumidor amplo” (SILVA et al., *apud* RUBERTO, 2012).

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) de outubro de 2017, apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o percentual das famílias brasileiras endividadas aumentou em outubro de 2017 perante o mês de setembro, assim como na comparação com o mesmo período de 2016. Também no período de uma ano, houve elevação do índice de inadimplência das famílias brasileiras. Os dados podem ser observados na figura a seguir.

Figura 1: Percentual das famílias brasileiras endividadas em outubro de 2016, setembro e outubro de 2017

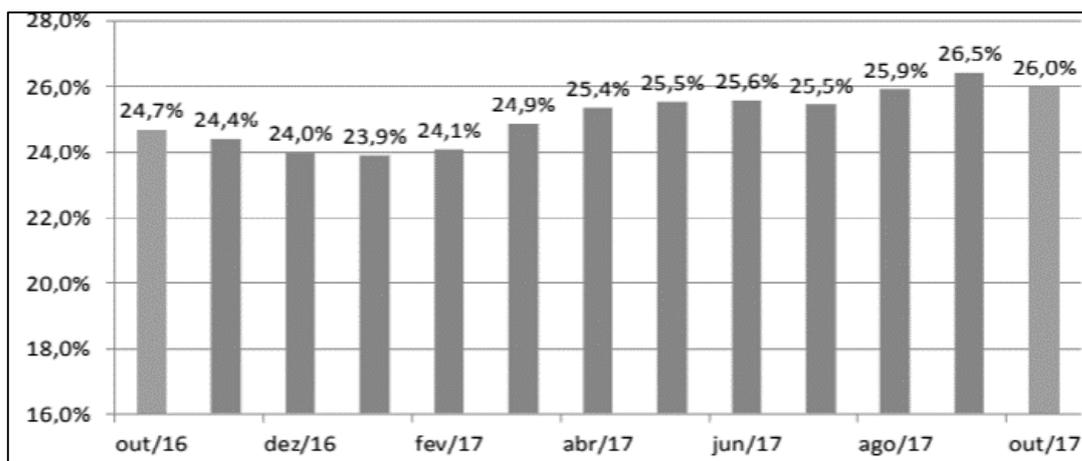
	Total de endividadas	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Outubro de 2016	59,8%	24,7%	9,8%
Setembro de 2017	61,7%	26,5%	10,9%
Outubro de 2017	61,8%	26,0%	10,1%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2017.

Conforme pode ser observado na figura 1, o percentual das famílias endividadas no mês de outubro de 2017 aumentou em relação ao mês de setembro deste ano e também, foi maior que o índice de outubro de 2016. Da mesma forma, nota-se o aumento anual do percentual de famílias que possuem dívidas ou contas em atraso, apesar de uma queda de 0,5% do mês de outubro de 2017 perante à setembro do mesmo ano. E as famílias que relatam não ter condições de pagar as dívidas em atraso recuaram 0,8% na comparação mensal, porém, na comparação anual o índice elevou-se.

No entanto, apesar da queda do percentual das famílias com contas em atraso na comparação do mês de setembro de 2017 perante outubro de 2017, percebe-se através da figura 2, que em relação ao nível de inadimplência no período de um ano, houve um aumento.

Figura 2: Percentual de Famílias Brasileiras com Contas ou Dívidas em Atraso de outubro de 2016 a outubro de 2017 (% do total)



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2017.

Conforme observado, em outubro de 2016 eram 24,7% famílias inadimplentes, após houveram algumas oscilações razoáveis, tendo uma queda mínima para 23,9% em janeiro de 2017, mas logo no mês seguinte elevando-se para 24,1%, e finalizando em outubro de 2017 com um percentual de 26,0% de famílias inadimplentes, mantendo assim, uma tendência de alta no período.

Acredita-se que o alto nível de endividamento e inadimplência se dá a partir do ano de 2003, quando o governo adotou um modelo de desenvolvimento que estabelecia medidas políticas de redução da taxa de juros, ampliação do volume de crédito direcionado às empresas e famílias, como, também, a valorização do salário mínimo. Ocorrendo assim, a ampliação do poder de compra dos brasileiros, até mesmo das classes mais baixas, que antes não teriam acesso ao crédito. Porém, essa expansão econômica, oferecida à pessoas sem educação financeira, acabou levando ao aumento do índice de endividamento e os reflexos são visto ainda hoje (BORTOLUZZI et al, 2015).

Dentre a totalidade de dívidas, as principais são destacadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2017) na figura 3. Estando entre elas o cheque especial, cartão de crédito, cheque pré-datado, carnê de loja, empréstimo pessoal, os financiamento de carro e casa, entre outros.

Figura 3: Tipo de dívida (% de famílias), outubro de 2017

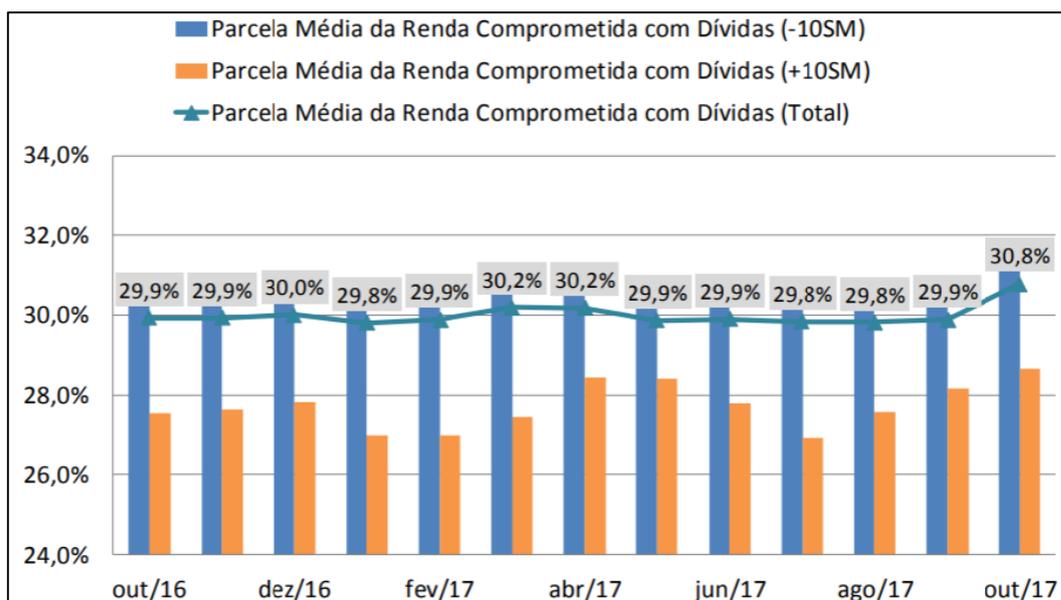
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	76,7%	77,0%	75,2%
Cheque especial	6,0%	5,0%	9,8%
Cheque pré-datado	1,2%	0,9%	2,1%
Crédito consignado	5,8%	5,2%	7,9%
Crédito pessoal	9,8%	9,3%	11,7%
Carnês	16,7%	18,0%	10,6%
Financiamento de carro	10,2%	8,1%	20,4%
Financiamento de casa	7,8%	6,1%	15,5%
Outras dívidas	3,1%	3,6%	1,1%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2017.

Nota-se através da figura apresentada, que o cartão de crédito detém 76,7% das dívidas das famílias que ganham até dez salários mínimos e mais de dez salários mínimos, seguido dos carnês de lojas 16,7%; financiamento de carro 10,2%; crédito pessoal 9,8%; financiamento de casa 7,8%; cheque especial 6%, entre outros.

A CNC também pesquisou a parcela média da renda das famílias que está comprometida com o pagamento de dívidas. Destacam-se na figura a seguir os percentuais do período de outubro de 2016 a outubro de 2017.

Figura 4: Parcela média da renda comprometida com o pagamento de dívidas, outubro de 2017



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2017.

Por meio da figura 4, observou-se que em média as famílias comprometem sua renda em torno de 30% com o pagamento de contas. Sendo que no mês de outubro de 2016 as famílias brasileiras comprometeram 29,9% de sua renda e após um ano houve alta desse índice, encerrando em outubro de 2017 com 30,8% da parcela média da renda que as famílias comprometeram com dívidas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

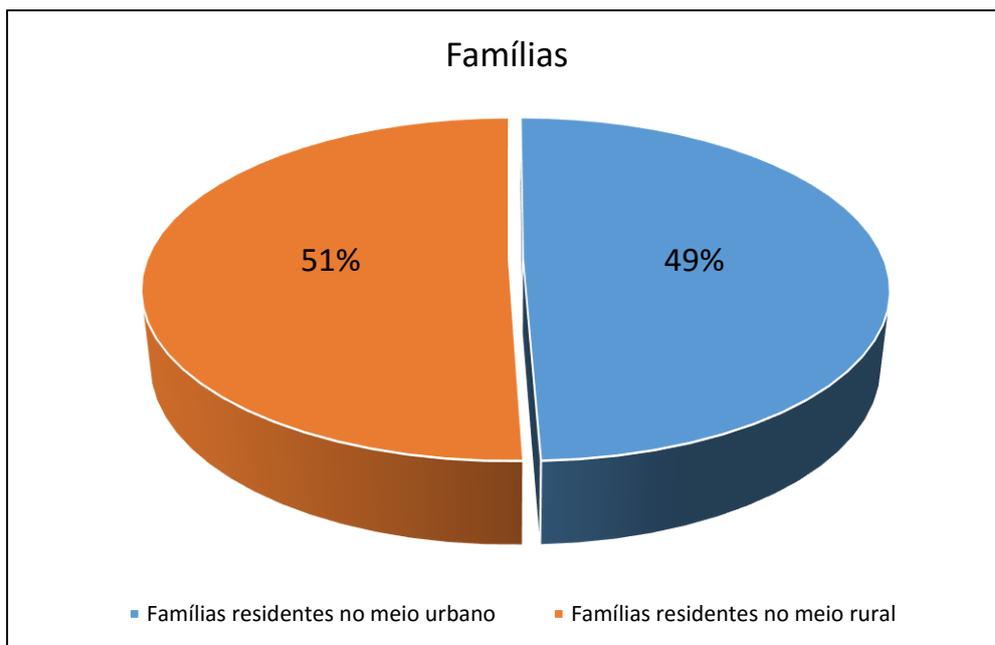
Neste capítulo encontram-se as informações sobre o município de Doutor Maurício Cardoso-RS, apresentando um breve histórico do mesmo, dados sobre a população, número de famílias, trabalho e rendimento, PIB per capita e outras informações sobre a economia local. Também, consta a apresentação dos dados considerados relevantes para a pesquisa, obtidos com o questionário que consta no apêndice A, e que foi respondido por 229 famílias residentes na área urbana da cidade. Os dados estão compilados em gráficos e tabelas para uma melhor compreensão. E por fim, consta a análise qualitativa dos resultados, verificando a relação entre a utilização do planejamento financeiro familiar com a prevenção à inadimplência nessa cidade.

4.1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO-RS

O município de Doutor Maurício Cardoso está localizado na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tendo sido o início de sua colonização na década de 1920, quando chegaram os primeiros colonizadores alemães na atual Vila Pranchada. Em meados de 1939, estabeleceram-se por definitivo onde hoje é a atual cidade. Devido a fertilidade das terras, houve uma rápida colonização e o município teve sua emancipação no ano de 1987 (PREFEITURA DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, 2013).

A população residente no município segundo o censo do IBGE (2010) é de 5.313 pessoas, sendo que destas, 2.619 pessoas residem no meio urbano e 2.694 no meio rural. Se tratando do número de famílias residentes em domicílios particulares, o número de componentes das famílias no meio urbano é de 836, já no meio rural o número é um pouco mais elevado, sendo de 854 famílias, podendo ser constatado no gráfico 1 os seus percentuais.

Gráfico 1: Número de componentes das famílias (% de famílias), em 2010



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Conforme foi observado no gráfico acima, a maior parte da população do município de Doutor Maurício Cardoso reside no meio rural, sendo 51% perante 49% da população residente na área urbana.

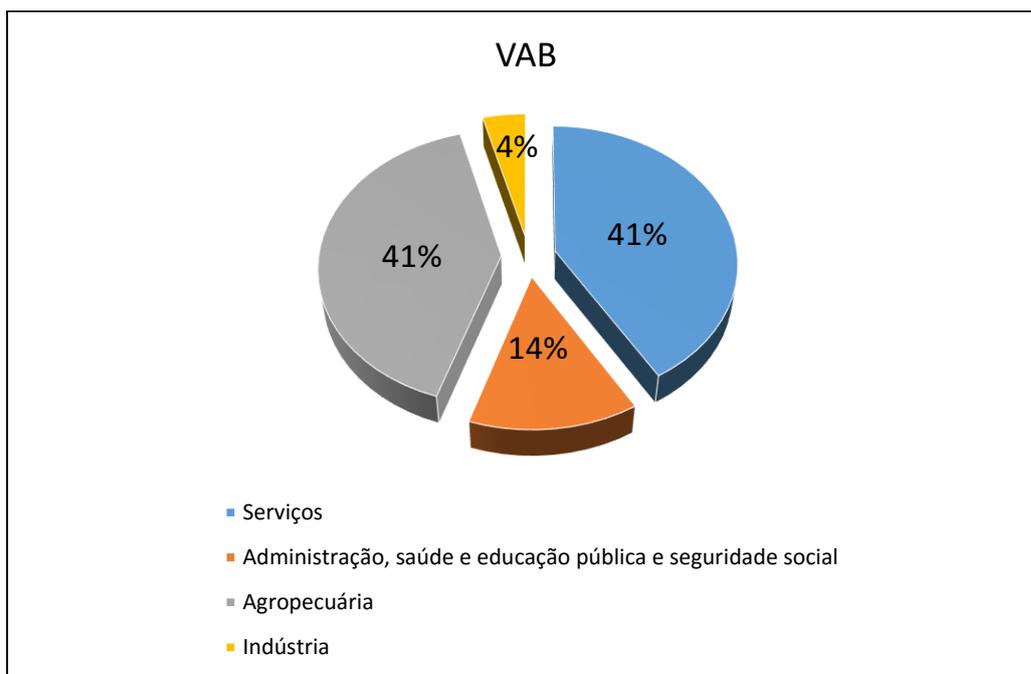
Em relação ao trabalho e rendimento da população, o total do pessoal ocupado era de 658 pessoas no ano de 2015, sendo o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,3 salários mínimos. Já, 32,8% da população apresentava rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa (IBGE, 2015).

Tratando-se da economia de Doutor Maurício Cardoso, um dos indicadores para avaliar o crescimento do município é o Produto Interno Bruto (PIB), definido por Bacha e Lima (2006, p. 26) como sendo o “valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos com fatores de produção situados dentro dos limites geográficos de uma nação durante determinado período de tempo”. Podendo ainda, determinar o PIB per capita, quando o total do PIB do município é dividido pelo total da população residente no mesmo (BACHA e LIMA, 2006).

Assim sendo, em 2014 o município apresentou um total de R\$ 183.635.000,00 de produção interna bruta a preços correntes, o que lhe concede a posição de 206º do estado do Rio Grande do Sul. Compondo ainda, um PIB per capita de R\$ 34.984,80, resultando nessa categoria, a posição de 111º lugar no ranking do estado (IBGE, 2014).

No cálculo do PIB, também pode-se analisar a contribuição de rendimentos por setor de atividade econômica do município, através do Valor Adicionado Bruto (VAB). “O VAB, é subdividido em atividades primárias (agropecuária), atividades secundárias (indústria) e atividades terciárias (serviços)” (ROSSETTI *apud* BORTOLUZZI, 2013). De forma que, o município em estudo compunha em 2014 a distribuição da cadeia produtiva que pode ser observada no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Valor Adicionado Bruto de Doutor Maurício Cardoso em 2014



Fonte: Adaptado de IBGE (2014).

Por meio do gráfico 2, observa-se que na cidade, a representação das atividades econômicas apresentou o total de R\$ 170.417.000,00, sendo respectivamente a maior participação do setor de Serviços (R\$ 70.500.000,00), excluído a esse, a Administração, saúde e educação públicas, seguridade social (R\$ 23.359.000,00), seguido da Agropecuária (R\$ 69.495.000,00) e sucessivamente a Indústria (R\$ 7.064.000,00), (IBGE, 2014).

Por meio deste, verifica-se que, se somados os valores adicionados da Indústria e dos Serviços, obtém-se um resultado de 77 milhões aproximadamente, assim ultrapassando a participação do setor agropecuário e evidenciando o quanto esses setores podem ser afetados pela inadimplência, e em consequência atingir negativamente a economia local, conforme já mencionado no capítulo 1. Pois, o

setor industrial compreende as atividades “artesaniais, manufatureiras ou fabris, e os serviços constitui-se pelo comércio, a intermediação financeira, os transportes e comunicações, o governo, os autônomos e outros serviços” (ROSSETTI *apud* BORTOLUZZI, 2013).

Para a prosperidade de um município ou nação é necessário que o crescimento econômico esteja aliado ao desenvolvimento econômico, este podendo ser definido como a combinação de crescimento econômico contínuo no longo prazo, além de “propiciar mudanças estruturais e positivas nos indicadores econômicos e sociais para um universo maior, possível de beneficiários das várias classes que compõem o sistema econômico” (NALI, 1993 *apud* FRANÇA, 2012, p. 82).

O desenvolvimento econômico pode ser avaliado através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), responsável por medir a qualidade de vida da população residente, através das variáveis: longevidade, educação e renda. No último censo, em 2010, esse índice foi de 0,706, considerando que o índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Neste caso, considera-se que o município tem um desenvolvimento humano alto (PNUD, 2017).

Visto isso, a seguir estão expostos os dados provenientes da pesquisa realizada no município e a análise das questões ponderadas. E por fim, as considerações finais do trabalho.

4.2. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO

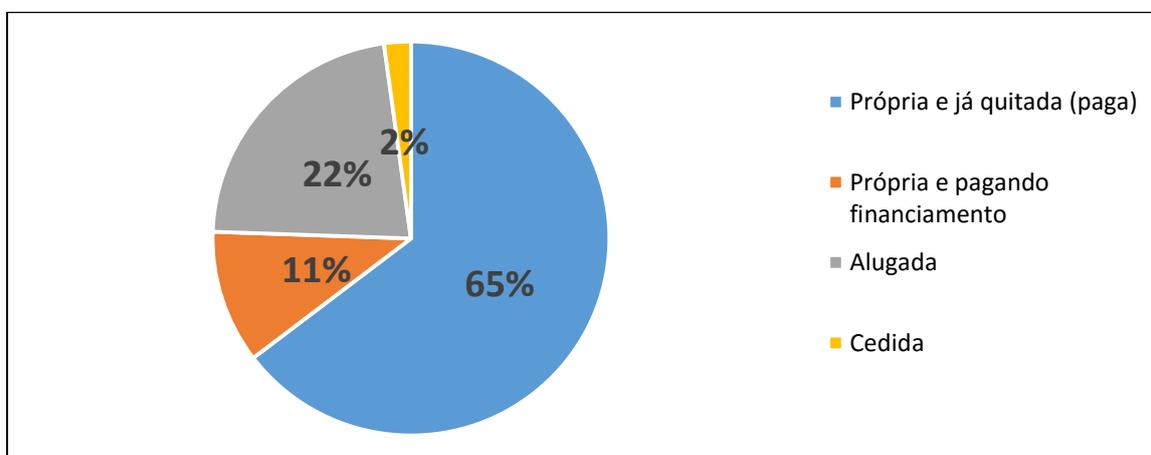
Visando responder o problema de pesquisa que foi levantado e cumprir os objetivos específicos do trabalho, foi elaborado um questionário que conforme abordado na metodologia, a amostra resultou em 205 famílias residentes na área urbana do município que estavam propensas à responderem a pesquisa. Porém, ultrapassou-se esse valor, chegando a 229 questionários respondidos, e esse foi o número utilizado para a análise dos dados. Dessa forma, os gráficos apresentados a seguir, o perfil e hábitos financeiros das famílias entrevistadas.

4.2.1. Perfil das Famílias

Primeiramente, para uma melhor compreensão do perfil das famílias, foram feitas perguntas específicas sobre moradia, idade, renda, componentes que contribuem com a renda e número de habitantes em cada residência. Através das respostas foram elaborados os dados apresentados a seguir.

As famílias foram questionadas quanto à situação da residência atual. Elas tiveram como opções afirmar se o imóvel é próprio e já quitado, se é próprio mas estão pagando financiamento, se é alugado ou se é cedido. Desta forma observa-se os resultados no gráfico a seguir.

Gráfico 3: Condição de residência das famílias entrevistadas



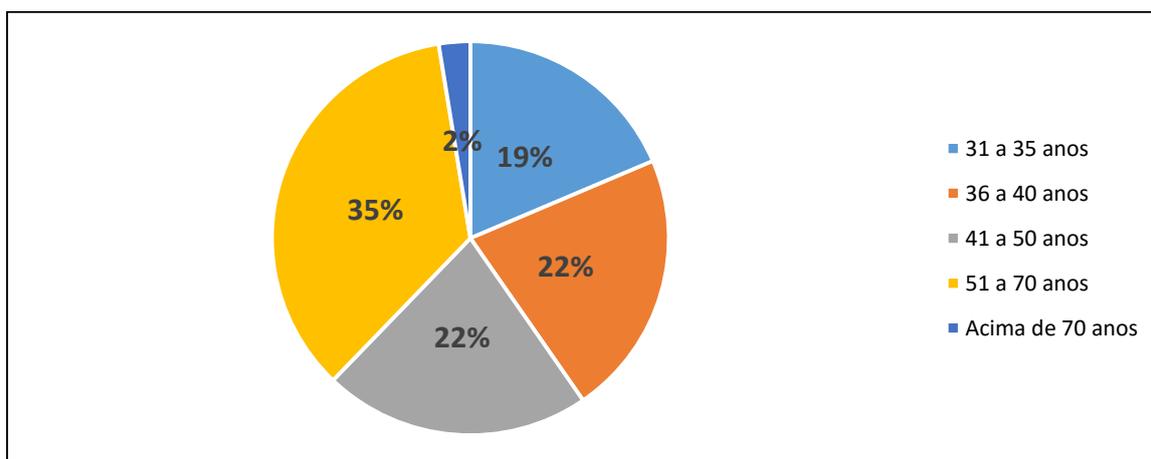
Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

Os dados da pesquisa apontaram que, em sua maioria, 65% das famílias residem em moradia própria e que já está paga, seguido de 22% das famílias que dizem morar de aluguel; 11% moram em casa própria mas ainda estão pagando o financiamento habitacional; e 2% moram em imóvel cedido. Tratando-se das famílias que possuem casa própria e quitada, acredita-se que este dado é explicado porque a maioria das pessoas entrevistadas possuem idade acima de 40 anos, conforme poderá ser observado no gráfico 4, pois as famílias que estão nessa faixa etária já possuem uma estabilidade financeira melhor.

Também levantou-se a questão do número de pessoas que compõe as famílias que participaram da entrevista. Nesse caso, 59% moram entre duas pessoas a quatro pessoas; 34% moram somente em duas pessoas na mesma residência e 7% residem entre quatro pessoas até seis pessoas.

Questionou-se a idade dos componentes das famílias que colaboram com a renda. As faixas etárias classificadas foram entre 31 a 35 anos; 36 a 40 anos; 41 a 50 anos; 51 a 70 anos; e Acima de 70 anos. Assim destacam-se os percentuais no gráfico a seguir.

Gráfico 4: Faixa etária dos indivíduos das famílias que contribuem com a renda mensal

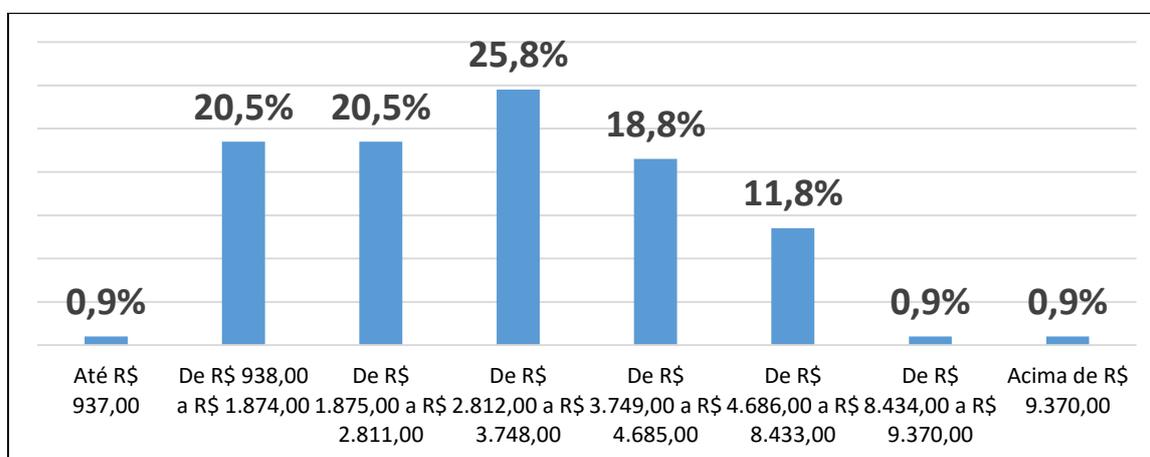


Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

Verificou-se entre as respostas, que os indivíduos que colaboram com a renda das famílias são 35% com idade entre 51 a 70 anos; 22% tem idade de 36 a 40 anos; 22% dos indivíduos está na faixa etária de 41 a 50 anos; 19% tem de 31 a 35 anos; e 2% tem acima de 70 anos.

Quanto à renda das famílias, perguntou-se a média salarial mensal em reais, considerando o salário mínimo nacional de 2017, sendo de R\$ 937,00. Estando expostos os resultados no gráfico 5, com opções que variaram de um salário mínimo até mais de dez salários mínimos.

Gráfico 5: Nível médio da renda das famílias entrevistadas



Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

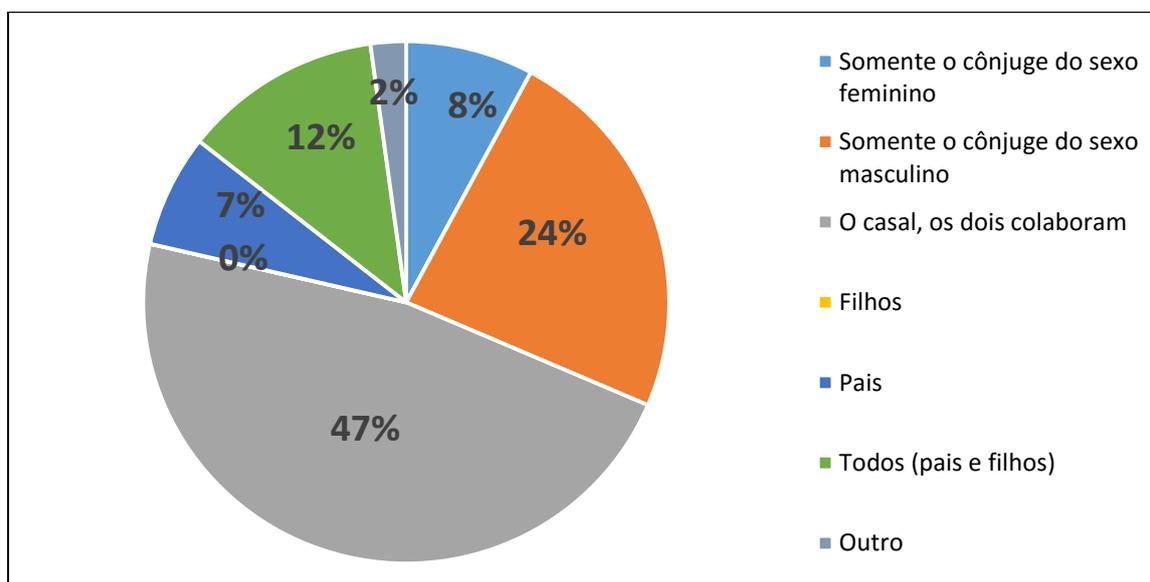
Observou-se no gráfico 5, que 25,8% das famílias possuem uma renda mensal entre R\$ 2.812,00 a R\$ 3.748,00; 20,5% ganham entre R\$ 938,00 a R\$ 1.874,00; 20,5% recebem entre R\$ 1.875,00 a R\$ 2.811,00; 18,8% tem como remuneração de R\$ 4.686,00 a R\$ 8.433,00; 0,9% recebe até R\$ 937,00; 0,9% ganham entre R\$ 8.434,00 a R\$ 9.370,00 e acima desse valor, apenas 0,9% das famílias possui essa remuneração. Ou seja, em sua maioria 25,8% das famílias recebem de 3 a 4 salários mínimos em média, dado relevante pois em sua maioria é o casal que contribui com a renda mensal, e não somente uma pessoa conforme observado no gráfico a seguir.

Em segundo, 20,5% das famílias recebem de 1 a 2 salários mínimos em média, justifica-se esse resultado pelo grande número de aposentados que vivem na cidade, podendo ser observado na pirâmide etária do IBGE (2010). Também, 20,5% das famílias ganha de 2 a 3 salários mínimos em média, este índice é semelhante ao que foi exposto na seção 4.1, onde o IBGE (2015) define o salário médio mensal dos trabalhadores formais sendo de 2,3 salários mínimos.

Com base na renda mensal das famílias questionou-se também quem são os responsáveis pela geração da mesma e que ajudam no pagamento de despesas em

cada família. Deste modo, foram abordadas algumas alternativas, podendo ser o contribuinte pelo rendimento somente o cônjuge do sexo masculino; somente o cônjuge do sexo feminino; o casal, ambos colaborando com a renda; somente os filhos contribuem; Todos contribuem (pais e filhos); Outro tipo de parentesco. Os resultados podem ser vistos no gráfico a seguir.

Gráfico 7: Componentes responsáveis pela renda mensal



Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

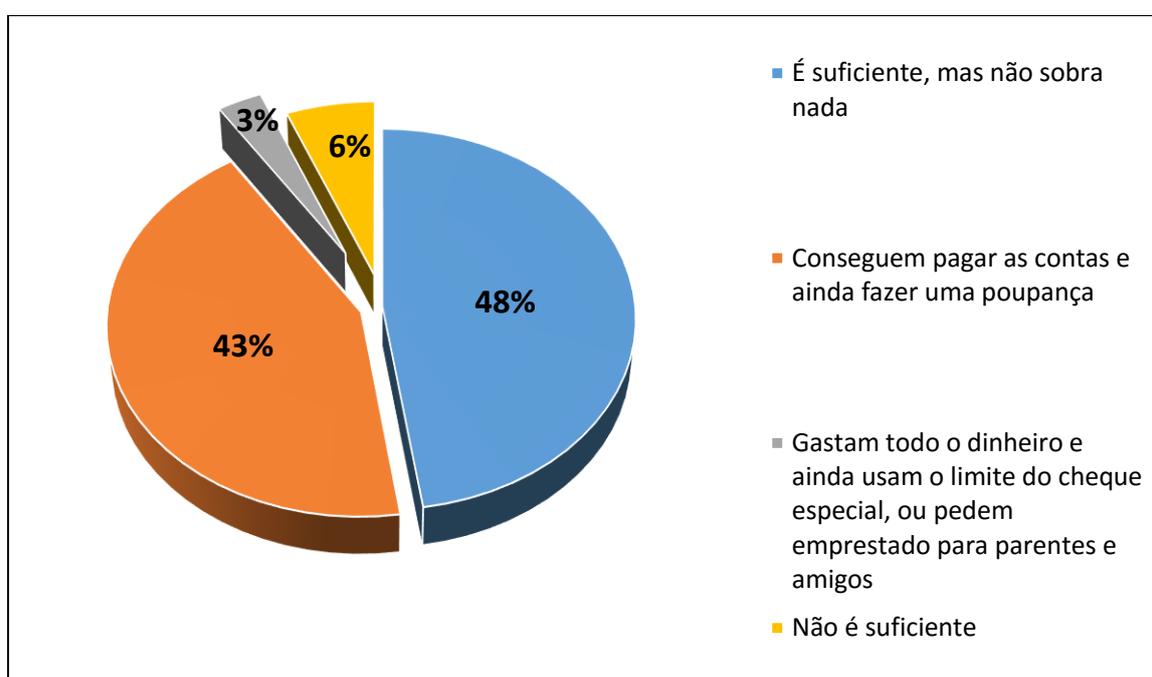
Os percentuais explanados no gráfico anteriormente, demonstram que em 47% das famílias o casal é responsável pela geração de renda e contribui no pagamento das despesas; em 24% das famílias somente o cônjuge do sexo masculino contribui; 12% afirmam que os pais e os filhos ajudam; 8% somente o cônjuge do sexo feminino tem remuneração e arca com as despesas; em 7% das famílias os responsáveis são os pais; e 2% das famílias atribuem a responsabilidades a outro grau de parentesco.

4.2.2. Planejamento Financeiro Familiar e Prevenção à Inadimplência

Para responder o problema de pesquisa, viu-se necessário abordar perguntas específicas relacionadas ao planejamento financeiro familiar, à inadimplência, ao endividamento, hábitos financeiros, entre outros. Dessa forma, chegou-se a criação dos gráficos apresentados a seguir.

Relacionado a renda, as famílias foram questionadas quanto a disponibilidade de renda mensal, respondendo se os seus ganhos mensais são suficientes para arcar com as suas despesas, podendo classificar se a renda é suficiente para arcar com os gastos, mas não sobra nada no fim do mês; se as famílias conseguem pagar as contas e ainda fazem uma poupança; se gastam todo o dinheiro e ainda usam o limite do cheque especial ou recorrem a empréstimos com familiares e amigos; ou se a renda não é suficiente para arcar com os gastos de todos. Observa-se os índices no gráfico a seguir.

Gráfico 6: Disponibilidade de renda por mês para arcar com os gastos do público entrevistado



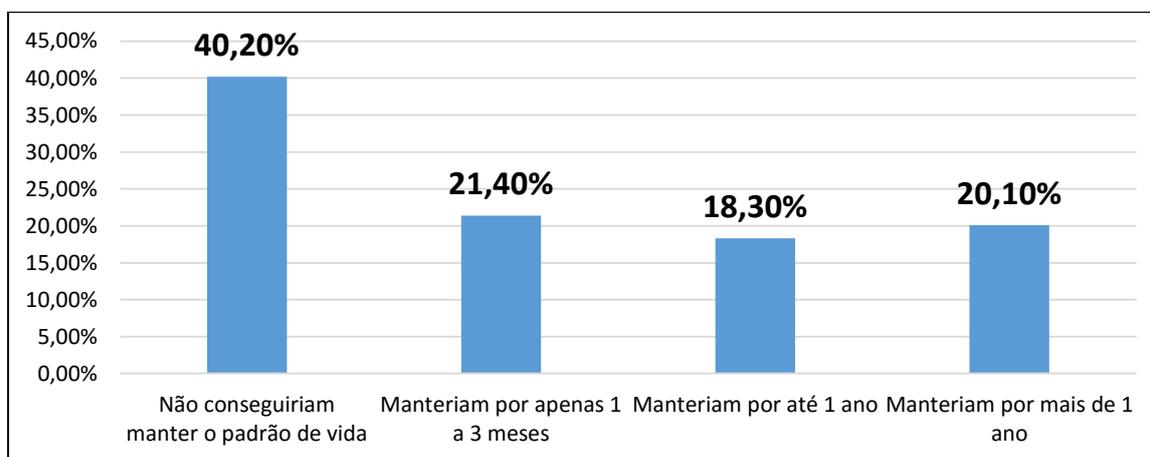
Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

Os dados apresentados no gráfico 6, mostram que 48% das famílias conseguem pagar as contas, mas não sobra nada de dinheiro no fim do mês; 43% conseguem pagar as contas e ainda fazer uma reserva para a poupança; 6% das famílias consideram que a renda não é suficiente para liquidar com as despesas mensais; e 3% gastam todo o dinheiro e ainda usam o limite do cheque especial ou pedem emprestado para parentes e amigos.

Perguntou-se as famílias da amostra pesquisada, por quanto tempo elas conseguiriam manter o padrão de vida no caso de um desemprego de algum

integrante da família. Desta forma, classificou-se entre as famílias que não conseguiriam manter o padrão de vida; Manteriam o padrão de vida por apenas 1 a 3 meses; manteriam por até 1 ano; manteriam por mais de 1 ano. Essa informações podem ser acompanhadas no gráfico 7.

Gráfico 7: Período máximo de manutenção do padrão de vida no caso de um desemprego



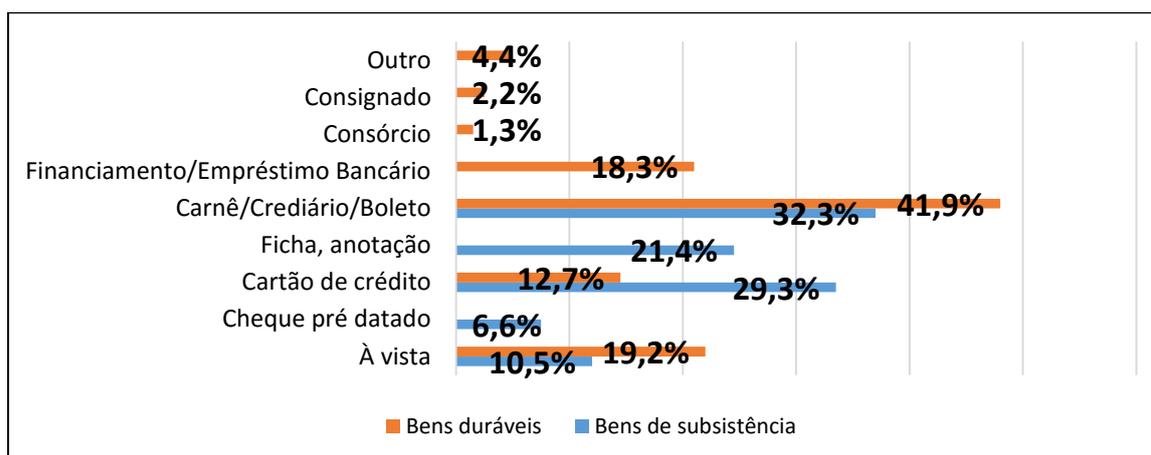
Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado

Por meio do gráfico 7, observa-se que do total, 40,2% das famílias não conseguiriam manter o padrão de vida no caso de alguma pessoa do núcleo familiar perder o emprego; 21,4% conseguiriam manter o padrão de vida por apenas 1 a 3 meses; 20,1% manteriam por mais de 1 ano; e 18,3% manteriam o padrão de vida por no máximo 1 ano. Esses dados demonstram que grande parte das famílias possui reservas financeiras.

Quanto à realização de compras parceladas, 91,3% das famílias confirmam que possuem atualmente prestações/obrigações a pagar futuramente. Já 8,7% não possuem compras parceladas.

Dentre os consumidores que realizam compras mensais à prazo, interrogou-se qual a forma de pagamento utilizada com maior frequência para a aquisição tanto de bens de subsistência, quanto para compra de bens duráveis. Destacam-se no gráfico abaixo os percentuais obtidos.

Gráfico 8: Forma de pagamento utilizada com maior frequência para a aquisição de bens de subsistência e bens duráveis



Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

Tratando-se da forma de pagamento mais utilizada nas compras de bens duráveis, como por exemplo, móveis, veículos, imóveis, entre outros; os percentuais destacam-se em sequência, sendo 41,9% compram principalmente no carnê/crediário/boleto; 18,3% adquirem os bens através de financiamento ou empréstimo bancário; 19,2% compram somente à vista; 12,7% optam em parcelar no cartão de crédito; 4,4% utilizam outra forma de pagamento; 2,2% recorrem ao Consignado nos bancos; e 1,3% fazem consórcio.

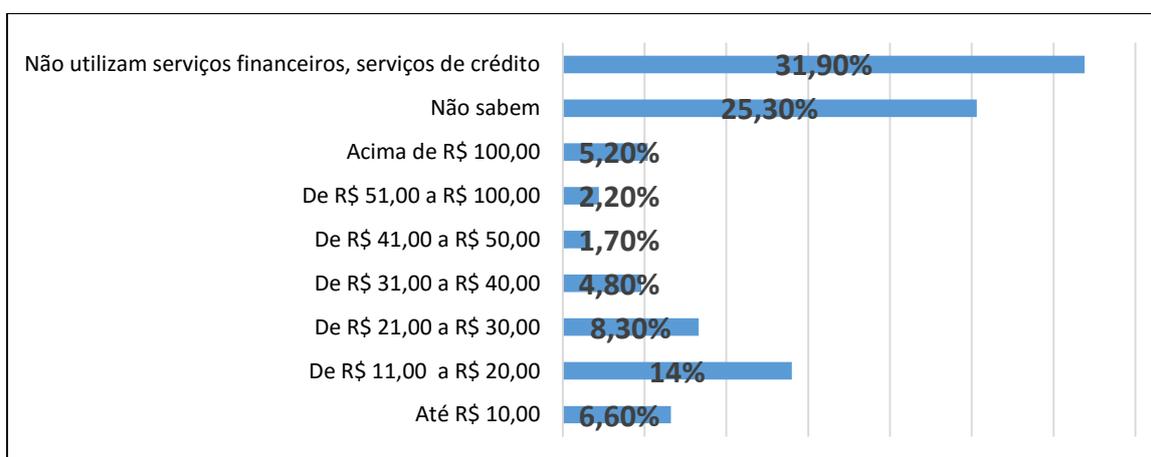
Também para o parcelamento das compras de subsistência, ou seja, aquelas que não podem ser cortados do orçamento, como, mercado, roupas, farmácia, entre outros; 32% das famílias utilizam com maior frequência o carnê/crediário/boleto; 29,3% parcelam no cartão de crédito; 21,4% conseguem parcelar em empresas que fazem anotação em ficha; 10,5% não realizam compras à prazo; 6,6% usa o cheque pré datado nas compras. Verifica-se que as famílias utilizam com bastante frequência o cartão de crédito para compra dos bens básicos e para bens duráveis principalmente o carnê/crediário/boleto, um dos motivos para isso é que geralmente as empresas oferecem descontos quando as compras são feitas diretamente no carnê da loja.

Algumas famílias financiam suas compras à prazo por meio de produtos financeiros, por exemplo, cartão de crédito, cheque, entre outros, neste caso são cobrados juros caso ocorram atrasos no pagamento dos mesmos. Por meio deste, questionou-se se as famílias tem conhecimento de qual é a taxa de juros incidente

sobre os serviços de crédito que utilizam, como o cartão de crédito, cheque especial, empréstimo bancário, entre outros. Resultando em 44,5% de famílias que confirmam que sabem o valor dos juros cobrados; 30,6% não utilizam serviços de crédito; e 24,9% diz não saber.

Para o total das famílias que sabem o valor dos juros cobrados pelos serviços que utilizam, foi interrogado qual é o valor em média que elas acreditam pagar no mês. As alternativas para respostas variaram entre R\$ 10,00 e R\$ 100,00, podendo ser verificado no gráfico 9.

Gráfico 9: Valor em reais que os entrevistados acreditam pagar em juros sobre os serviços financeiros que utilizam

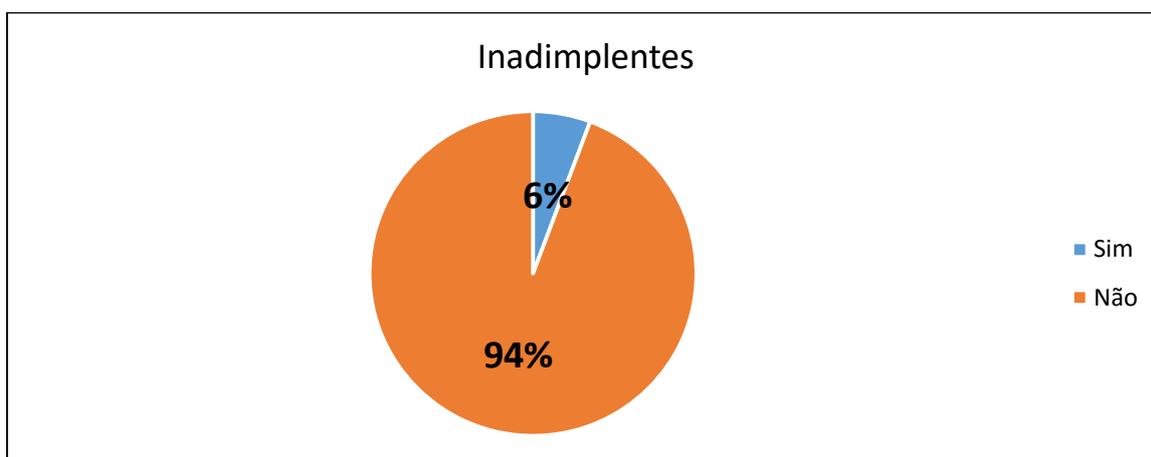


Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

Exceto 31,9% dos entrevistados que não utiliza serviços financeiros, de crédito e 25,3% que não sabem o valor dos juros, o restante divide-se em 14% que pagam uma taxa de juros de R\$ 11,00 a R\$ 20,00; 8,3% pagam entre R\$ 21,00 e R\$ 30,00; 6,6% pagam até R\$ 10,00; 5,2% pagam acima de R\$ 100,00; 4,8% confirma pagar entre R\$ 31,00 a R\$ 40,00; 2,2% pagam de R\$ 51,00 a R\$ 100,00; e 1,70% pagam de R\$ 41,00 a R\$ 50,00 de juros no período mensal.

Para saber quantos são os inadimplentes da amostra, perguntou-se se as famílias possuem prestações/obrigações em atraso há mais de 90 dias. No gráfico a seguir, podem ser observados os resultados.

Gráfico 10: Percentual das famílias entrevistadas que possuem prestações/obrigações em atraso há mais de 90 dias



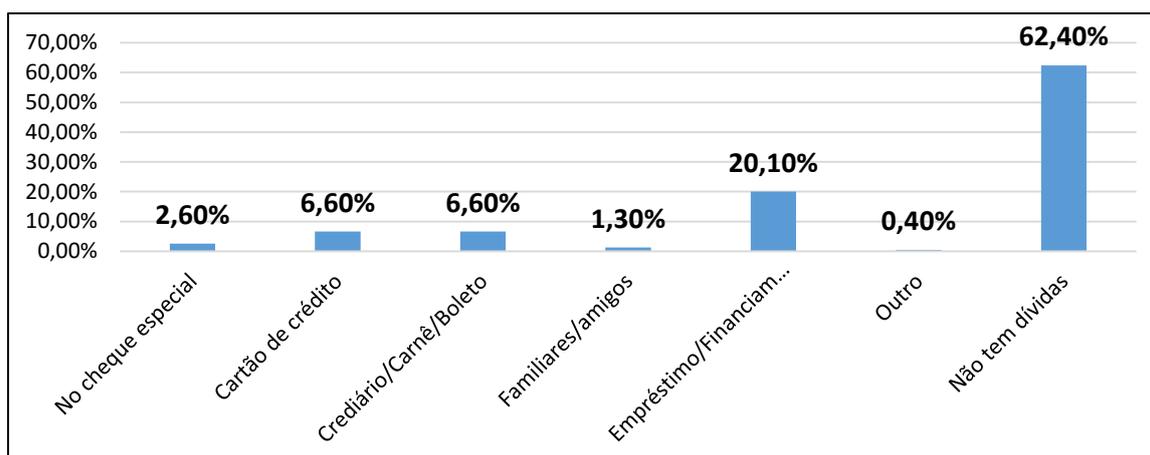
Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

Por meio do gráfico 10, verificou-se que entre as famílias que responderam o questionário apenas 6% estão em situação de inadimplência; 94% afirma estar com as contas em dia.

Quanto ao endividamento, as famílias responderam se consideram-se endividadas, ou seja, se possuem parcelas contraídas para pagar futuramente. Neste caso, 65,9% das famílias não consideram-se endividados perante a 34,1% que sim, consideram-se endividadas.

No gráfico a seguir apresentam-se as modalidades dos serviços de crédito em que as famílias consideram ter a maior quantidade de dívidas contraídas. Excluído os 62,4% que afirmam não ter dívidas, as outras modalidades em que as famílias recorrem ao crédito para financiar suas compras à prazo, dividem-se em cheque especial, cartão de crédito, crediário/carnê/boleto, empréstimo com familiares e amigos, empréstimo ou financiamento bancário, outra modalidade não mencionada.

Gráfico 11: Modalidades de contratação de dívida das famílias entrevistadas

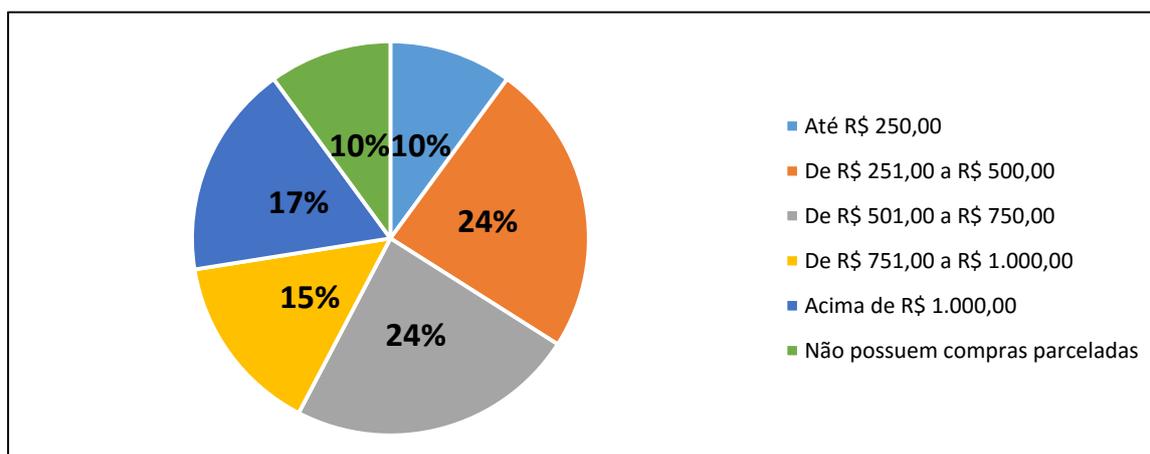


Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

As famílias entrevistadas consideraram-se mais endividadas na modalidade empréstimo/financiamento bancário sendo, 20,1% os endividados, seguido de 6,6% das dívidas contraídas no cartão de crédito; 6,6% do endividamento com crediário/carnê/boleto; 2,6% endividaram-se no cheque especial; 1,30% emprestaram de familiar ou amigos; 0,40% consideram-se endividadas em outra modalidade, que não foi citada na pergunta.

Tratando-se de compras realizadas de forma parcelada, levantou-se a questão de qual é o valor médio mensal que as famílias tem comprometido com o pagamento de parcelas fixas. Assim, deram-se médias de valores para respostas entre R\$ 250,00 a mais de R\$ 1.000,00, conforme apresentado no gráfico 12.

Gráfico 12: Valor médio mensal comprometido com o pagamento de parcelas fixas

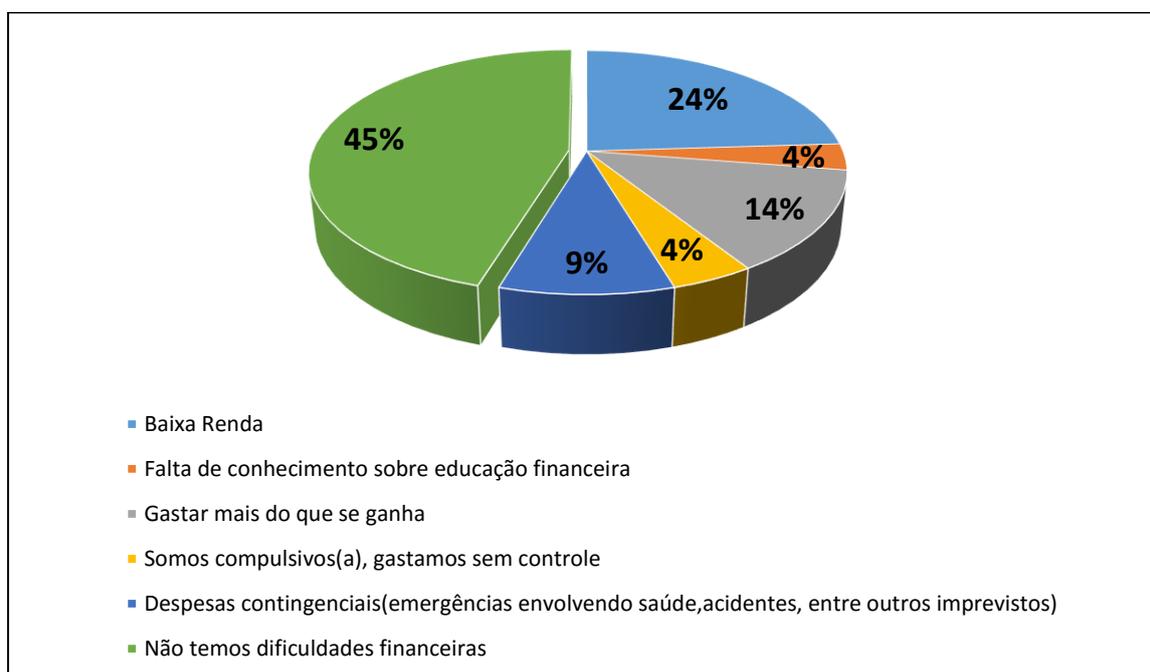


Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

Por meio do gráfico 12, pode ser visto que 10% das famílias da amostra compromete até R\$ 250,00 da sua renda com o pagamento de parcelas; 24% compromete de R\$ 251,00 a R\$ 500,00 mensalmente; 24% paga entre R\$ 501,00 a R\$ 750,00 em parcelas todos os meses; 15% compromete a renda de R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00 com parcelas; 17% tem parcelas fixas no valor acima de R\$1.000,00; e 10% afirmam que não fazem compras de forma parcelada.

Perguntou-se aos entrevistados que estão com dificuldades financeiras para classificarem o principal motivo das mesmas. Nota-se que 45% das famílias dizem não ter dificuldades financeiras, já o restante dos resultados podem ser observados no gráfico a seguir.

Gráfico 13: Motivo das dificuldades financeiras das famílias entrevistadas

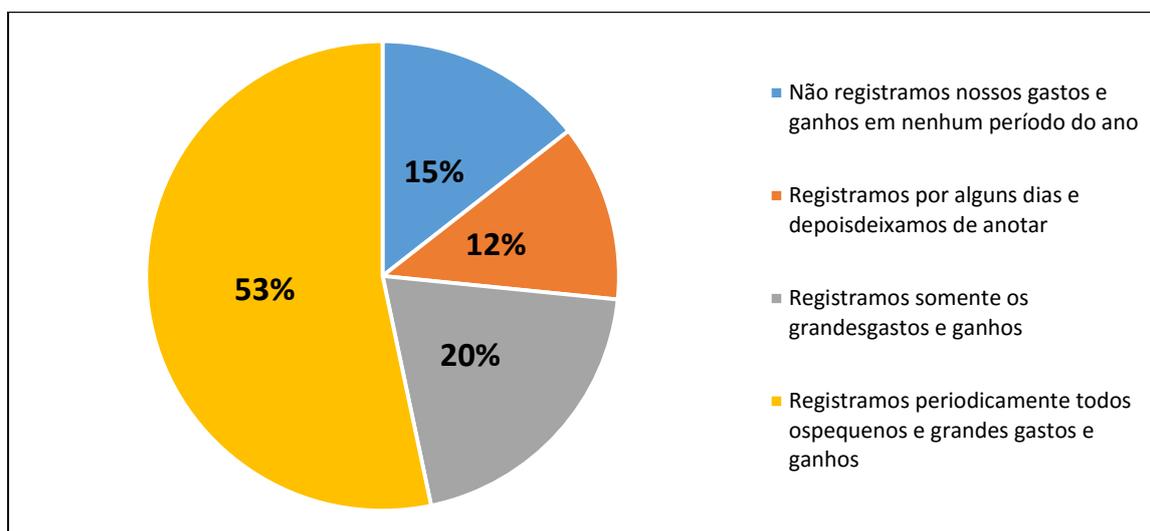


Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado.

Dentre as famílias que estavam com dificuldade financeira, os motivos apontados por estes são: 24% classificou a baixa renda como sendo o principal motivo das dificuldades financeiras; 14% devido a gastarem mais do que ganham; 9% responderam que as dificuldades financeiras estão atreladas à despesas contingenciais como, emergências envolvendo saúde, acidentes, entre outros imprevistos; 4% acham que o motivo está atrelado a falta de conhecimento sobre educação financeira; e os outros 4% dizem ser compulsivos e gastam sem controle.

Interrogou-se as famílias se elas realizam e mantem um controle sobre seus gastos e ganhos mensais. Considerando que a inadimplência pode ser evitada se as famílias fizerem um controle efetivo de orçamento, através de um planejamento financeiro familiar. Os percentuais são informados no gráfico 14.

Gráfico 14: Percentual das famílias entrevistadas que mantem o controle sobre os gastos e ganhos



Fonte: Elaboração da autora com base no questionário aplicado

Quanto ao controle de orçamento os resultados vistos no gráfico acima foram: 53% afirmam que mantém o hábito de registrar periodicamente todos os pequenos e grandes gastos e ganhos; 20% registram somente os grandes gastos e ganhos; 15% não registram os gastos e ganhos em nenhum período do ano; e 12% registram por alguns dias e depois deixam de anotar.

Por meio do orçamento familiar são registradas todas as receitas e despesas da família, tornando mais clara as reduções ou cortes que precisam ser feitos para evitar a inadimplência ou até mesmo o valor que pode ser poupado ou investido conforme os propósitos de cada um.

Para as famílias que registram seus gastos e ganhos, questionou-se qual a ferramenta que elas utilizam para o devido controle. Destacou-se o caderno de anotações como sendo a principal ferramenta, onde 74,2% utilizam o caderno de anotações; 17,5% não utilizam nenhuma ferramenta para o controle de gastos; 8,3% criam planilhas no *Excel* ou em outro programa para controlar o orçamento.

Através dos gráficos e dados apresentados é possível interpreta-los e fazer uma análise das questões ponderadas. A seguir, encontram-se algumas comparações de pesquisas e a análise dos resultados mais relevantes, de forma a responder o terceiro objetivo específico.

4.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir do questionário aplicado para as 229 famílias residentes na área urbana do município de Doutor Maurício Cardoso-RS e partindo do pressuposto que as respostas são fidedignas, percebe-se que a maioria das famílias entrevistadas está adimplente, ou seja, possui todas as obrigações em dia, afirmando 94% das famílias que não possui contas atrasadas há mais de noventa dias.

Ainda em sua maioria, 45% das famílias disse não ter dificuldades financeiras quando perguntado o motivo das mesmas. Além disso, 53% afirmam que mantém o hábito de registrar periodicamente todos os pequenos e grandes gastos e ganhos, ou seja, fazem o controle do orçamento familiar.

Quanto ao hábito de poupar, as famílias foram questionadas sobre a disponibilidade de renda mensal, respondendo se os seus ganhos mensais são suficientes para arcar com as suas despesas. Assim sendo, 43% das famílias disseram que conseguem pagar as contas e ainda fazem uma reserva para a poupança, além de grande parte afirmar que seria capaz de manter o padrão de vida no caso de um desemprego por até 1 ano ou mais de 1 ano. Dessa forma, fica possível verificar que existe um planejamento financeiro familiar desses núcleos familiares participantes da amostra estudada, pois grande parte das famílias realiza algum tipo de controle mensal das receitas e despesas, além de prevenirem-se para necessidades futuras por meio de poupança ou outra aplicação financeira.

Da mesma forma, o Serasa Experian (2014) realizou um estudo sobre os índices de inadimplência no Brasil, determinando os níveis de inadimplência por região e por faixa etária. Destacou-se a região Sul como sendo a região com o menor índice de inadimplência, sendo apenas 22,4%. Tal dado pode ser explicado pelo nível de escolaridade da região, através do IDH, que conforme tratado na seção 4.1, explicou-se que mede inclusive a variável educação. E tratando-se em específico de Doutor Maurício Cardoso-RS, considera-se que a cidade tem um nível de escolaridade alto. Por meio deste, verifica-se que o grau de instrução das

peças contribuí de forma significativa para o hábito de planejar a vida financeira e assim evitar que as famílias tornem-se inadimplentes.

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela CNC (2017), na comparação anual de outubro de 2016 com outubro de 2017, teve alta em ambos os indicadores, sendo que houve um aumento de 2% no total das famílias endividadas; 1,3% das famílias inadimplentes e 0,3% das famílias que alegam que não terão condições de pagar as contas.

Já o presente trabalho, demonstrou níveis baixos desses indicadores, porém, observou-se que as famílias não distinguem a palavra inadimplência da palavra endividamento, e por sua vez, considerando-as como sinônimos acabaram respondendo a questão sobre endividamento de forma inadequada, acreditando que estarem endividadas seria estar com contas atrasadas, mas sabe-se que uma dívida é quando se possui parcelas a pagar no futuro, conforme já foi explicado na seção 3.3.

Portanto, no questionário dessa pesquisa, esta análise é claramente vista, pois existem divergências nas respostas de duas perguntas. De forma que, quando questionou-se as famílias se elas consideram-se endividadas, 65,9% das famílias respondeu que não consideram-se endividados perante a 34,1% que sim, consideram-se endividadas. Entretanto, em outra pergunta que referia-se ao valor médio comprometido mensalmente com o pagamento de parcelas fixas, apenas 10% das famílias afirmou que não realiza compras a prazo, já 90% das famílias classificou seus gastos com o pagamento de parcelas fixas entre valores que variam de até R\$ 250,00 e acima de R\$ 1.000,00, esses dados estão informados no gráfico 12 e comprovam que 90% das famílias estão endividadas.

Apesar desse dado ser alto, ressalta-se que o endividamento nada mais é do que a tomada de crédito para financiar a compra de um bem ou serviço, e é utilizado em grande escala atualmente. Segundo Galeano e Feijó (2011, p. 23) considera-se que “a disponibilidade de crédito é um importante propulsor do crescimento econômico na medida em que sustenta a demanda agregada, e via investimento produtivo propicia o aumento da produtividade da economia”. No entanto, os tomadores do crédito devem realizar seus pagamentos em dia, mantendo a eficiência do sistema financeiro.

Quanto ao baixo nível de inadimplência, pode ser justificado pela faixa etária entrevistada possuir em sua maioria idades acima de 40 anos, quando as famílias estão melhor estabilizadas economicamente. Conforme a pesquisa do Serasa Experian (2014) também avaliou a taxa de inadimplência por faixa de idade, resultando a faixa de 26-30 anos como a mais representativa, onde a taxa de inadimplentes atinge os 29,9%. Em seguida, a faixa de 31-35 anos apresentando o índice de 29,3% de inadimplentes; 24,4% de 41 a 50 anos; 17,1% de 51 a 70 anos. Segundo o estudo, a inadimplência diminui conforme o avanço da idade, sendo que acima dos 70 anos a taxa é de 10,3%.

Por meio de uma comparação entre a renda média mensal das famílias em relação ao valor médio que comprometem com o pagamento de parcelas fixas, percebe-se que as famílias que recebem até um salário mínimo comprometem 40% da renda com o pagamentos de parcelas fixas; para as famílias que ganham de 1 a 2 salários é comprometido 26,75% da renda; as famílias que ganham de 2 a 3 salários mínimos comprometem 13,38% da renda total; as que recebem de 3 a 4 salários mínimos tem 17,81% da renda comprometida; as que recebem de 4 a 5 salários comprometem em média 13,36% da renda; as que ganham de 5 a 9 salários mínimo comprometem 16,02%; as famílias que recebem de 9 a 10 salários mínimos tem 11,85% da renda comprometida e as que ganham mais de 10 salários mínimos comprometem 10,67%% da sua renda com o pagamento de contas fixas.

De acordo com TERRA *apud* MOENTKE (2016, p.54), “o ideal é que todos os gastos financiados não ultrapassem 30% da renda, e que o valor poupado todo mês seja em torno de 10% da renda líquida”. Os dados das famílias participantes da pesquisa do presente trabalho demonstram que elas não comprometem mais do que 30% da renda, mas demonstram que quanto menor a renda, maior é o percentual comprometido com o pagamento de parcelas fixas.

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela CNC (2017), demonstrou também, os principais tipos de dívidas das famílias em outubro de 2017. Conforme apresentado na figura 3, o cartão de crédito foi apontado como o principal tipo de dívida por 76,7% das famílias endividadas, seguido dos carnês 16,7%; financiamento de carro 10,2%; crédito pessoal 9,8%; 7,8% financiamento de casa; 6% cheque especial, entre outros. Da mesma forma, nesse trabalho sobre os municípios de Doutor Maurício Cardoso-RS, constatou-se similaridade entre as principais modalidades de contração das dívidas,

mas não em percentuais iguais. No presente trabalho, as categorias à que as famílias consideram-se mais endividadas é em empréstimo/financiamento bancário sendo, 20,1% os endividados, seguido de 6,6% das dívidas contraídas no cartão de crédito; 6,6% do endividamento com crediário/carnê/boleto; 2,6% endividaram-se no cheque especial; 1,30% emprestaram de familiar ou amigos; 0,40% consideram-se endividadas em outra modalidade, que não foi citada na pergunta.

Os dados levantados pelo Serviço de Proteção ao Crédito e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2017) em uma pesquisa de levantamento das principais causas da inadimplência, determinou que o desemprego é o principal motivo, seguido dos que alegam que tiveram a renda reduzida; também a falta de controle do orçamento; outros que estão inadimplentes pois emprestaram o nome a terceiros, entre outros. Esse estudo com o municípios de Doutor Maurício Cardoso-RS apontou semelhanças com a pesquisa do SPC, de forma que 24% das famílias classificou a baixa renda como sendo o principal motivo das dificuldades financeiras; 14% devido a gastarem mais do que ganham, ou seja falta de controle orçamentário; 9% responderam que as dificuldades financeiras estão atreladas à despesas contingenciais; 4% acham que o motivo está atrelado a falta de conhecimento sobre educação financeira; 4% dizem ser compulsivos e gastam sem controle, mas em sua maioria 45% das famílias alega não ter dificuldades financeiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo e a globalização acabam incentivando o consumismo da população e fazendo com que as famílias demandem cada vez mais por bens e serviços, inclusive por crédito e conseqüentemente com que as empresas estejam constantemente produzindo bens e ofertando mais serviços, assim sustenta-se o sistema econômico atual. Porém, cabe as famílias consumirem de forma racional, avaliando o limite orçamentário, e alocando eficientemente os recursos.

Dentro desse contexto, o objetivo geral deste estudo foi demonstrar a importância do planejamento financeiro familiar como forma de prevenção à inadimplência. Percebeu-se com a pesquisa que é imprescindível um controle do planejamento financeiro familiar, pois grande parte das famílias entrevistadas estão endividadas e, caso não ocorra um controle de orçamento essas famílias podem tornar-se inadimplentes.

Quanto ao objetivos específicos, cumpriu-se o primeiro objetivo específico, onde através da revisão de literatura estudou-se todos os termos e assuntos necessários para o entendimento do tema do trabalho, bem como sua importância no cotidiano da população e a apresentação de dados atualizados relacionados à pesquisa.

Tratando-se do segundo objetivo específico, esse foi cumprido com a coleta de dados no município de Doutor Maurício Cardoso-RS, por meio do questionário aplicado para 229 famílias. Logo, o terceiro objetivo específico foi realizado através da pesquisa com o questionário, onde foi possível analisar os resultados obtidos, verificando vários aspectos relevantes quanto a vida financeira das famílias residentes no meio urbano da cidade.

O problema de pesquisa “de que forma a utilização do planejamento financeiro familiar pode ser eficiente na prevenção da inadimplência das famílias?” foi respondido. Verificou-se que o número de inadimplentes é baixíssimo, devido a maioria das famílias realizarem um controle periódico de seus gastos e ganhos. Mas além desse controle principal do orçamento, o planejamento financeiro familiar também requer outras etapas para ser completo, algumas questões também foram abordadas no questionário respondido pelas famílias, assim verificou-se que a maioria das famílias considera não ter dificuldades financeiras, e grande parte das

famílias preocupa-se em poupar parte da renda obtida mensalmente, demonstrando que estão mais preparadas para possíveis imprevistos e necessidades futuras.

Ademais, apesar de grande parte das famílias entrevistadas estar em situação de endividamento, existe um conhecimento sobre suas receitas e despesas mensais, além do mais, grande parte dos entrevistados sabem o quanto pagam em juros sobre os serviços de crédito que utilizam. Esses resultados demonstram que é mantido um planejamento financeiro familiar pela maioria das famílias, e que o mesmo é eficiente na prevenção da inadimplência.

Verificou-se que o planejamento financeiro familiar é de suma importância para o crescimento e desenvolvimento econômico de um município, estado ou país. Pois é por meio de um efetivo controle que as famílias tornam-se menos propensas à atrasarem o pagamento de suas contas mensais, assim evitando a inadimplência e possíveis consequências prejudiciais para a economia.

Já para aqueles que já estão em situação de inadimplência, cabe reavaliar seu planejamento orçamentário, se possível reduzir gastos de consumo básico como alimentação, moradia, entre outros e cortar gastos de consumo supérfluo que são por exemplo, assinatura de tv a cabo, academia, entre outros. É preciso reajustar o orçamento e fazer sobrar para o pagamento das contas em atraso, no “anexo A” segue um modelo de planilha para fazer o planejamento financeiro familiar. Após isso, a dica é procurar o credor e renegociar as dívidas atrasadas, de forma a priorizar as principais, que tratam-se da sobrevivência, por exemplo, conta de água e por segundo é necessário liquidar aquelas contas que tem taxas de juros mais elevadas (IDEC, 2017).

Tratando-se da importância que o tema do trabalho tem para o comércio local da cidade, sugere-se que a Prefeitura Municipal de Doutor Maurício Cardoso-RS venha a oferecer palestras de cunho voltado para a Educação Financeira, de modo a continuar incentivando os munícipes a manter o hábito de planejar sua vida financeira, e evitar que aumente o número de inadimplentes, visando o crescimento e desenvolvimento econômico do município. Também para os acadêmicos, propõe-se a realização de estudos futuros, com enfoque na análise do nível de inadimplência da pessoa jurídica e seus impactos na economia.

REFERÊNCIAS

BACEN, Banco Central do Brasil. **Orçamento Pessoal ou Familiar**. Disponível em: <<https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/orcamento-pessoal-ou-familiar>>. Acesso em: jun.2017.

_____. **Evolução do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/texto.asp?idpai=revsfn199812>>. Acesso em: jun.2017.

_____. **Glossário**. Disponível em: <<https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/treinamento/mod/glossary/view.php>>. Acesso em: jun.2017.

_____. **Glossário Simplificado de Termos Financeiros**, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/glossario_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: out.2017.

_____. **Taxas de juros de operações de crédito**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/TXJUROS/>>. Acesso em: out.2017.

BACHA, Carlos J. C.; LIMA, R. A. S. **Macroeconomia: Teorias e Aplicações à Economia Brasileira**. 1. ed. Campinas, SP: Alínea, 2006.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

BARBOSA, Fernando de Holanda. **O Sistema Financeiro Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/fholanda/Arquivo/Sistfin.pdf>>. Acesso em: nov.2017.

BORTOLUZZI, Daiane A. et al. **Aspectos do Endividamento das Famílias Brasileiras no Período de 2011-2014**, 2015. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf>. Acesso em: jun.2017.

_____, Dinara L. **Agroindústria Familiar Rural e Desenvolvimento Econômico: Um Estudo de Caso no Município de Doutor Maurício Cardoso-RS**, 2013. Disponível em: <http://www.fahor.com.br/publicacoes/TFC/Economia/2013/Eco_Dinara.pdf>. Acesso em: set. 2017.

BRUTES, Larissa; SEIBERT, Rosane Maria. **Finanças Pessoais: Educação Financeira para Jovens**, 2013. Disponível em: <http://www.santoangelo.uri.br/cipa/wp-content/uploads/2013/05/XVSipat_Cartilha_Financas_Pessoais.pdf>. Acesso em: out.2017.

CARVALHO, F. J. C. et al. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

CNC, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor** (Peic), 2017. Disponível em: <<http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-35>>. Acesso em: nov.2017.

CORRÊA NETO, Yttrio C. **Bancos Oficiais no Brasil: Origem e Aspectos de Seu Desenvolvimento**, 2004. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros_bancos_oficiais.pdf>. Acesso em: jun.2017.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Como Fazer Investimentos 1**, 2015. Disponível em: <http://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/Como-Fazer-Investimentos-1/OCWCF1EAD_00slsh2016-1/OCWCF1EAD_00/SEM_TURNO/6152/>. Acesso em: mar.2017.

_____. **Como Organizar o Orçamento Familiar**, 2015. Disponível em: <http://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/Como-Organizar-O-Orçamento-Familiar/OCWOF1EAD-01slsh2011-1/OCWOF1EAD_00/SEM_TURNO/354/>. Acesso em: mar.2017.

FRANÇA, Adelmo M. **Os Modelos de Crescimento e de Desenvolvimento Econômico e sua Aplicabilidade nas Economias Regionais Não Desenvolvidas**, 2012. Disponível em: <http://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_6/PDF/MODELOS%20DE%20CRESCIMENTO%20E%20DE%20DESENVOLVIMENTO.pdf>. Acesso em: out.2017.

FUMAGALHI S. **Planejamento Orçamentário: Um Estudo de Caso em uma Concessionária de Motocicletas**, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110915120432.pdf>. Acesso em: jun.2017.

GALEANO, Edileuza Vital; FEIJÓ, Carmem. **Crédito e Crescimento Econômico: Evidências a Partir de Um Painel de Dados Regionais para a Economia Brasileira no Ano de 2000**, 2011. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD32.pdf>>. Acesso em: nov.2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultado da amostra - famílias**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430673&idtema=93&search=rio-grande-do-sul|doutor-mauricio-cardoso|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-familias-->>. Acesso em: out.2017.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430673&idtema=165&search=rio-grande-do-sul|doutor-mauricio-cardoso|estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas-2015>>. Acesso em: set.2017.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Infográficos- Pirâmide Etária**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=430673&search=rio-grande-do-sul|doutor-mauricio-cardoso|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>>. Acesso em: nov.2017.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2014. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/doutor-mauricio-cardoso/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: set.2017.

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Dicas do Idec para Evitar o Endividamento e a Inadimplência**, 2015. Disponível em: <<https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/conheca-as-dicas-do-idec-para-evitar-o-endividamento-e-a-inadimplencia>>. Acesso em: out.2017.

_____, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Renegociação de Dívidas: 5 Dicas do Idec para Sair do Vermelho**, 2017. Disponível em: <<https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/renegociaco-de-dividas-5-dicas-para-sair-do-vermelho>>. Acesso em: nov.2017.

LOPES, Fabrício F. M. **A Importância do Orçamento Familiar**, 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:U09zRBZnYuEJ:www.administradores.com.br/producao-academica/a-importancia-do-orcamento-familiar/5056/download/+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: jun.2017.

LOPES, Geovane de Oliveira. **Endividamento das Famílias Brasileiras no Sistema Financeiro Nacional: O Impacto de Indicadores Macroeconômicos**, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11133/1/2012_GeovaneOliveiraLopes.pdf>. Acesso em: out.2017.

LUDÍCIBUS, S. et al. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M.; **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, José P. **Educação Financeira ao Alcance de Todos**. 1. ed. São Paulo: Fundamento, 2004.

MOENTKE, Bruna Carolina. **A Importância da Educação Financeira para a Economia: Um Estudo no Município de Horizontina, RS**, 2016. Disponível em: <http://www.fahor.com.br/publicacoes/TFC/Economia/2016/Bruna_Carolina_Moentke.pdf>. Acesso em: nov.2017.

OLIVEIRA, Djalma P. R. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Maxwell F. **Metodologia Científica: Um Manual para a Realização de Pesquisas em Administração**, 2011. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: jun.2017.

OLIVEIRA, Natália Cristina. **Métodos Utilizados para Análise de Crédito de Pessoas Física nas Instituições Financeiras e sua Relação com o Índice de Inadimplência**, 2010. Disponível em: <http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/natalia.pdf>. Acesso em: out.2017.

PINTO, Gabriela S. **Surgimento dos Bancos e Política Monetária no Brasil do Século XIX**, 2012. Disponível em: <<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1803/1/GSPinto.pdf>>. Acesso em: jun.2017.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **O que é o IDHM**, 2010. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: out.2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO. **Histórico, 2013**. Disponível em: <<http://www.pdrmcad.com.br/site/conteudos/425-historico>>. Acesso em: set.2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: abril.2017

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. 3. ed, São Paulo: Loyola, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=rwyufjs_DhAC&printsec=frontcover&dq=metodologia+cientifica&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj_152_hKrTAhWBhpAKHaIABQMQ6AEIjAA#v=onepage&q=metodologia%20cientifica&f=false>. Acesso em: jun.2017.

RESENDE, Bruna. M; COSTA, Claudio. **Análise do Planejamento Financeiro Pessoal dos Discentes de Administração de uma Instituição de Ensino Superior em Monte Carmelo – MG, no Ano de 2015**. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/view/1009/733>>. Acesso em: jun.2017.

ROSA, Marubiara Azevedo. **O Depósito Compulsório e o Mercado Financeiro**, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/103964/000921620.pdf?sequence=1>>. Acesso em: out.2017.

RUBERTO, Isabel Von Grafen et al. **A Influência dos Fatores Macroeconômicos sobre o Endividamento das Famílias Brasileiras no Período 2005-2012**, 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3328>>. Acesso em: out.2017.

SANTOS, Edno O. **Administração Financeira da Pequena e Média Empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: nov.2017.

SERASA EXPERIAN. **Estudo inédito da Serasa Experian traça o Mapa da Inadimplência no Brasil em 2014**. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/estudo-inadimplencia>>. Acesso em: abril.2017.

SILVA, Adelphino T. **Administração e Controle**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

SOARES, Ricardo. P. **Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma Explicação**, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1969/1/TD_808.pdf>. Acesso em: jun.2017.

SPC BRASIL, Serviço de Proteção ao Crédito; CNDL, Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; MEU BOLSO FELIZ. **O Conceito do Endividamento e as Consequências da Inadimplência**, 2016. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas2.pdf>. Acesso em: jun.2017.

_____, Serviço de Proteção ao Crédito; CNDL, Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; MEU BOLSO FELIZ. **Educação Financeira: Hábitos e Motivações do Brasileiro para Poupar e Investir**, 2016. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_inv_estimentos.pdf>. Acesso em: jul.2017.

_____, Serviço de Proteção ao Crédito; CNDL, Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; MEU BOLSO FELIZ. **Metade dos brasileiros não fazem Controle do Orçamento Pessoal**, 2017. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/2453>>. Acesso em: jun.2017.

_____, Serviço de Proteção ao Crédito; CNDL, Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; MEU BOLSO FELIZ. **Pelo Terceiro Ano Seguido, Desemprego é a Principal Causa da Inadimplência**, 2017. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/3453>>. Acesso em: out.2017.

TEIXEIRA, Thamires V. **A Evolução do Crédito no Brasil no Período de 2003-2010**, 2013. Disponível em: <<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/657/1/Monografia%20de%20Bacharelado%20Thamires%20Vieira%20Teixeira.pdf>>. Acesso em: jun.2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**, 2005. Disponível em: <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/vergara-mc3a9todos-de-pesquisa-em-administrac3a7ao-sylvia-vergara.pdf>>. Acesso em: nov.2017.

	Cinema												
	Viagem												
	Passeios de final de semana												
	Outros												
	Subtotal												
Comunicação	Telefone fixo												
	Celular												
	Internet												
	Outros												
	Subtotal												
Saúde	Consultas médicas												
	Dentistas												
	Remédios												
	Seguro saúde												
	Outros												
	Subtotal												
Pessoal	Salão de beleza												
	Presente												
	Vestuário												
	Caridade												
	Outros												
	Subtotal												
Filhos	Mesada												
	Subtotal												
Banco	Juros												
	Tarifa												
	Crediários												
	Anuidade cartão de crédito												
	Outras												
	Subtotal												
Investimentos	Previdência Privada												
	Aplicações												
	Seguro												
	Outros												
	Subtotal												
Outras despesas													
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS												
	TOTAL DAS RECEITAS												
	RECEITAS MENOS AS DESPESAS												
	SALDO PARA A POUPANÇA												

Fonte: Adaptado da Fundação Getúlio Vargas (2017).

APÊNDICE A**Questionário aplicado sobre a amostra****Grupo 1: Perfil das Famílias****1- Município de Residência:**

- Doutor Maurício Cardoso, RS
- Outro município

2- A residência da família é:

- Própria e já quitada (paga)
- Própria e pagando financiamento
- Alugada
- Cedida

3- Quantas pessoas além de você moram na sua residência? (Esposo (a), filho(a), pai, mãe, avós, outros)

- Nenhuma – 0
- Apenas uma
- Duas pessoas a quatro pessoas
- De quatro pessoas a seis pessoas
- Mais de seis pessoas

4- Considerando o salário mínimo nacional R\$ 937,00. Qual é a renda total da família por mês, ou seja, a soma dos salários de todos os integrantes?

- Até R\$ 937,00
- De R\$ 938,00 a R\$ 1.874,00
- De R\$ 1.875,00 a R\$ 2.811,00
- De R\$ 2.812,00 a R\$ 3.748,00
- De R\$ 3.749,00 a R\$ 4.685,00
- De R\$ 4.686,00 até R\$ 8.433,00
- De R\$ 8.434,00 a R\$ 9.370,00
- Acima de R\$ 9.370,00

5- Quais são as pessoas do seu núcleo familiar que possuem renda mensal e ajudam no pagamento das despesas?

- Somente o cônjuge do sexo feminino
- Somente o cônjuge do sexo masculino
- O casal, os dois colaboram, independente do sexo
- Filhos
- Pais
- Todos (pais e filhos)
- Outro

6- Quais são as idades dos integrantes da sua família, que colaboram com a renda, incluindo você?

Especifique: _____

Grupo 2: Planejamento Financeiro Familiar e Prevenção à Inadimplência

7- Atualmente você e sua família possuem compras realizadas de forma parcelada? (Carnê, ficha, crediário, cheque pré-datado, cartão de crédito, outros.)

Sim

Não

8- Qual a forma de pagamento utilizada com maior frequência pelos integrantes da família para realizar as compras mensais a prazo/parceladas? (ex: roupas, mercado, cosméticos, entre outros).

Não fazemos compras parceladas, somente compramos à vista

Cheque

Cartão de crédito

Ficha, anotação

Carnê/crediário/boleto

Outro

9- Qual a forma que você e sua família utilizam com maior frequência para adquirir produtos de bens duráveis? (Eletroeletrônicos, móveis, veículos, imóveis, etc.)

À vista

Financiamento/empréstimo bancário

Consórcio

Cartão de crédito

Carnê/Crediário/Boleto

Consignado

Outro

10- Vocês sabem qual é a taxa de juros incidente sobre os serviços de crédito que utilizam? (Independente do serviço financeiro: cartão de crédito, cheque especial, entre outros).

Sim

Não sabemos

11- Se vocês responderam que sim na questão anterior, quanto em média vocês acreditam que pagam em juros? (Independente do serviço financeiro: cartão de crédito, cheque especial, entre outros).

- Até R\$ 10,00
- De R\$ 11,00 a R\$ 20,00
- De R\$ 21,00 a R\$ 30,00
- De R\$ 31,00 a R\$ 40,00
- De R\$ 41,00 a R\$ 50,00
- De R\$ 51,00 a R\$ 100,00
- Acima de R\$ 100,00
- Não sabemos
- Não utilizamos serviços financeiro, de crédito

12- Em geral vocês costumam pagar as suas prestações/obrigações mensais?

- Adiantado
- Em dia
- Atrasado

13- Vocês possuem prestações/obrigações em atraso há mais de 90 dias?

- Sim
- Não

14- A renda total da família por mês é suficiente para arcar com os gastos de todos?

- É suficiente, mas não sobra nada
- Conseguimos pagar as contas e ainda poupamos
- Gastamos todo o dinheiro e ainda usamos o limite de cheque especial ou pedimos emprestado para parentes e amigos.
- Não é suficiente

15- Vocês se consideram endividados? (Endividado: quem possui financiamento ou parcelas a pagar futuramente).

- Sim
- Não

16- Se responderam Sim, na questão anterior, em que modalidade de empréstimo estão mais endividados (a)?

- No cheque especial
- Cartão de crédito
- Crediário/carnê
- Com familiares/amigos
- Empréstimo/financiamento bancário
- Outro
- Não temos dívidas

17- Qual o valor médio mensal comprometido com o pagamento de parcelas fixas? (Obs: considerando todos os integrantes da família).

- Até R\$ 250,00
- De R\$ 251,00 a R\$ 500,00
- De R\$ 501,00 a R\$ 750,00
- De R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00
- Acima de R\$ 1.000,00
- Não temos compras parceladas

18- Ao que estão atreladas suas dificuldades financeiras?

- Baixa renda
- Falta de conhecimento sobre educação financeira
- Gastar mais do que se ganha
- Somos compulsivos(a), gastamos sem controle
- Despesas contingenciais (emergências envolvendo saúde, acidentes, entre outros imprevistos)
- Não temos dificuldades financeiras

19- Você e sua família costumam manter um controle sobre os seus gastos e ganhos?

- Não registramos nossos gastos e ganhos em nenhum período do ano
- Registramos por alguns dias e depois deixamos de anotar
- Registramos somente os grandes gastos e ganhos
- Registramos periodicamente todos os pequenos e grandes gastos e ganhos

20- Se na questão anterior respondeu que registra os gastos, que tipo de controle vocês utilizam?

- Não utilizamos nenhuma ferramenta de controle dos gastos
- Planilhas no Excel ou em outro programa
- Cadernos de anotações

21- Se você ou algum integrante de sua família ficasse desempregado, por quanto tempo vocês conseguiriam manter seu padrão de vida?

- Não conseguiríamos
- Por apenas 1 a 3 meses
- Por até de 1 ano
- Mais de 1 ano